

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

### ACTA N.º 65

Aos sete dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia, e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura

Martins, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18.00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, Victor Manuel Cepeda Mangerão, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais, João Gabriel Ferreira dos Santos, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, e Libério da Silva Santos, as quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra, deu conhecimento à Assembleia de uma carta apresentada pelo Vogal António Salavessa, pedindo a demissão de membro da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade, constituída por deliberação da Assembleia Municipal em reunião ocorrida em três de Janeiro, e cujo teor se transcreve :

“A responsabilidade por esta situação cabe em primeiro lugar ao CDS/PP, já que foi ao CDS/PP que coube a Presidência da Comissão do Plano de Urbanização, o que implicaria a dinamização e a coordenação deste organismo. Mas, a responsabilidade cabe também à Câmara Municipal de Aveiro que solicitou a constituição da Comissão para depois a esquecer, e à Mesa da Assembleia alvo de repetidas chamadas de atenção em diversas sessões”.

O segundo motivo prende-se com o anterior, sendo a minha convicção e a convicção do PCP, que a citada inoperacionalidade não é casual, não é um acto isolado, antes assenta em opções de fundo do CDS/PP, força que tem privilegiado a alienação do Concelho aos interesses empresariais privados e por isso mesmo, contraria na prática a intervenção da Assembleia Municipal ou das forças vivas do Concelho, num processo participado de construção da Cidade do próximo milénio.

O terceiro motivo, radica no facto da Câmara continuar a inverter a lógica do Planeamento Municipal, não respeitando a sequência lógica do PDM, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, ao mesmo tempo que não se conclui o Plano de Urbanização da Cidade e enquanto este é claramente

subalternizado nos documentos Camarários, vide Plano de Actividades e Comunicações do Senhor Presidente da Câmara. Um sem número de Planos de Pormenor continua o seu caminho aparentemente imparável ao sabor do momento e das pressões de diversos grupos de interesses, nomeadamente económicos, deste modo se vão condicionando as opções de fundo do Plano de Urbanização, quando seriam estas em primeiro lugar a condicionar os Planos de Pormenor.

A experiência de trabalho recente das Comissões da Assembleia Municipal de Aveiro, têm sido geralmente reconhecidas como muito positivas, por isso sublinho a natureza extraordinária deste pedido de demissão, enquanto reafirmo Sr. Presidente que o PCP continua a orientar-se pelo princípio da participação em todas as Comissões da Assembleia Municipal, que tenham como objectivo e melhoria o funcionamento e da intervenção deste órgão Autárquico, com a única ressalva de não se cair por exagero no esvaziamento da própria Assembleia".

Seguidamente o Vogal João Barbosa, tomou a palavra para solicitar um "período de antes da ordem do dia" de trinta minutos, de acordo com o Regimento.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu o assunto à consideração do plenário e dado que ninguém levantou qualquer objecção, passou-se de imediato ao referido período:

### PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal João Barbosa:

*"Sr. Presidente, como constatamos temos aqui mais um movimento popular para chamar a atenção dos exageros das taxas da JAPA. Eu permitia-me ler aqui nesta Assembleia uma intervenção que eu tive no dia vinte oito do mês de Fevereiro de 96, e dizia assim: " Sr. Presidente continuando a questionar a zona ribeirinha da freguesia da Vera-Cruz, chamava a atenção de V.Ex.ª para a injustiça contínua com que se defrontam os seus habitantes, quando há cheias sujeitam-se aos sacrifícios que o mau tempo lhes impõem, além destes sacrifícios, todos aqueles que habitam a 50*

*metros do domínio público marítimo, ou seja a 50 metros das margens dos canais pagam uma taxa injusta à JAPA proporcional à área ocupada. Sr. Presidente, Srs. Deputados, consideramos e consideram-se os habitantes da zona da beira-mar injustamente e duplamente tributados, pagam contribuições autárquicas e taxas de ocupação do domínio público marítimo. Já sabemos que a culpa é da Lei e respectivamente dos sucessivos governos; será que a Câmara alguma vez fez qualquer coisa ou tomou alguma iniciativa para colmatar estas injustiças, ou beneficiar quem tanto tem sido injustamente lesado? Permitia-me perguntar ao Sr. Presidente da Câmara que neste momento, era bom que V.Ex.<sup>a</sup> informasse esta Assembleia se na realidade fez alguma coisa sobre este assunto”.*

*Vogal Pedro Dias:*

*“ Sr. Presidente Srs. Membros da Assembleia, a questão que senhor Deputado João Barbosa levantou, é uma questão que paira pela mente de todos, e é uma questão que do nosso ponto de vista, apenas ainda não teve outro tipo de desenvolvimento, porque chega-se à conclusão que infelizmente o regimento desta Assembleia, é um regimento mal conhecido e é um regimento que ainda não está acessível aos cidadãos. Todos sabemos que a nossa Assembleia, não é pródiga em termos de ter muita assistência e de facto, já é a segunda vez que há público que vêm assistir e sabe-se, é sabido, que há gente que vêm com intenção de intervir, se não o pode fazer é porque de facto infelizmente o nosso regimento, repito, não é suficientemente esclarecido e também é comumente sabido qual, pelo menos nos seus traços gerais, o assunto que traz cidadãos, que traz munícipes, a esta Assembleia com a vontade de intervir, com a vontade de nesta Câmara expressarem os seus sentimentos, as preocupações, que de alguma forma sabemos, por aquilo que se ouve, que esses munícipes querem vir partilhar com esta Assembleia. As preocupações que aqui querem trazer, já tem sido mais que uma vez equacionadas, debatidas e discutidas nesta mesma Assembleia; são problemas que tem a ver do nosso ponto de vista com um errado enquadramento legal, que existe relativamente a uma estrutura que é, desculpem-me a expressão, de certa forma uma excrescência quanto à antiga ordem Administrativa Portuguesa e que é a JAPA. A bancada do Partido Popular, já por mais que uma vez, se manifestou solidária com as preocupações de sabermos serem as preocupações dum conjunto muito basto de cidadãos de Aveiro, nomeadamente, daqueles que se vêem tocados, do*

*nosso ponto de vista injustamente tocados, por uma atitude que nem sempre é compreendida, que nem sempre é transparente, que nem sempre é percebida pelos cidadãos. Entendemos porém, que é chegado altura de fazer mais do que expressar palavras de solidariedade e pela nossa parte porque os poderes que nos tocam não são muito grandes, a bancada do PP pode comunicar que vai pedir a intervenção do Sr. Provedor de Justiça, para que o Sr. Provedor de Justiça, no âmbito das competências que lhe são próprias, no âmbito das prerrogativas que Constitucionalmente tem, suscite junto do Tribunal Constitucional a análise, a fiscalização em abstracto da legislação, que neste momento permite à JAPA tomar medidas, que os cidadãos sentem como injustas e que esta bancada já denunciou como injustas. A primeira questão que queríamos anunciar é que enquanto bancada, enquanto agrupamento de cidadãos, ou na forma de bancada Parlamentar, vamos suscitar junto do Sr. Provedor de Justiça esta questão. O segundo ponto, é que todos sabemos, já no decurso desta Legislatura, foram avançados alguns projectos que visavam de certa forma dar resposta às questões que tocam não só a Aveiro, mas também à JAPA. Sabe-se, que no âmbito da Assembleia da República foi formada uma comissão, para tentar de certa forma sintetizar projectos que foram apresentados (se a memória me não atraiçoa) pelo PSD, pelo PS e pela CDU; mas também se sabe infelizmente, que a partir do momento em que a situação que afectava os cidadãos em Lisboa foi resolvida, essa comissão paralisou os seus trabalhos; essa comissão deixou de ter actividade a partir do momento em que problemas semelhantes a estes, que eram vividos em Lisboa foram resolvidos por obra e graça da construção da expo98. Posso também comunicar, que até ao fim da presente Sessão Legislativa, o grupo Parlamentar do PP na Assembleia da República, assume o compromisso de apresentar uma iniciativa legislativa, que vai de encontro nesta matéria às posições que a nossa bancada nesta Assembleia, já tem expresso mais que uma vez. Eram estas duas questões que queríamos transmitir, porque entendemos que o problema tem trazido os cidadãos a esta casa com vontade de intervir, é um problema que compreendemos e sinceramente (e com isto termino) creio que é chegado a altura de fazer um pouco mais ou de fazer qualquer coisa, e portanto dentro das nossas possibilidades anunciamos estas duas medidas concretas”.*

Entretanto entrou na sala o Sr. Vogal Manuel António Rodrigues da Silva.

Vogal Jorge Nascimento:

*"Sr. Presidente, Srs. Membros desta Assembleia, não venho falar deste assunto, porque já foi tão claramente expresso e exposto pelo meu colega de bancada e com evidente propósito de apontar para soluções concretas; não tinha sequer a intenção de falar nem previa que houvesse este período antes da ordem de trabalhos. Mas uma carta que foi lida pelo Sr. Presidente e na medida em que fala das comissões que muito prezo e que tem muito a ver com o desenvolvimento do Concelho e na medida que foi tocado de alguma maneira esta bancada, eu não posso deixar de expor algumas breves palavras.*

*Já aqui tem sido dito, aliás sem novidade, porque penso que esse é o sentimento comum de todas as bancadas que, quem quiser governar Aveiro sózinho não vai a lado nenhum (eu não sou bem desta opinião) não partilho exactamente dessa opinião; mas partilho daquela que, quem quiser governar Aveiro sózinho vai seguramente mais perto do que quem quiser governar Aveiro acompanhado. Portanto esta afirmação não traz novidade nenhuma, é uma coisa que pensamos seja pacífica, e porquê? Pela intuição clara, de que quem governa Aveiro, há-de governar segundo normas, há-de porventura dimanar normas, e naturalmente essas normas e as medidas que delas resultem serão tanto mais enriquecidas, quanto mais participadas forem as decisões. Portanto, qualquer comissão, qualquer audição, seja desta Assembleia, seja das organizações locais, seja do cidadão comum, é seguramente bem acolhida pelo Executivo em geral e especialmente pela facção do Executivo CDS/PP. Mas ao mesmo tempo, e compreende-se que assim seja, que isso seja um benefício para quem governa, traz na mesma medida uma responsabilidade e uma incomodidade para quem é oposição e está nas Comissões.*

*Também já aqui disse noutras ocasiões, que quem fizer parte de uma Comissão, ao exprimir a opinião, ao colaborar com a governação, perde em certa medida e naturalmente capacidade crítica. Portanto em termos de oposição, é sempre mais cómodo não estar nas Comissões do que estar nelas; por esta razão óbvia que eu acabei de expor. Mas é também e significa não estar na Comissão, uma manifestação de falta de responsabilidade. Isto para dizer que não colhe o argumento da carta acabada de ler, que o PP não quer as pessoas nas Comissões, é óbvio que isso não é assim.*

Mas, o que eu quero sublinhar e salientar é que, inicia-se um ano eleitoral para as Autarquias e portanto as oposições hão-de querer zurzir à vontade, não quererem ser conotadas mais ou menos com a colaboração que deram a eventuais decisões. Não sei se foi este o caso, mas que conjuga muito bem conjuga. Esta Comissão em concreto teve um elemento que a ela presidiu, foi desta bancada. O Sr. Eng<sup>o</sup> Sequeira Pereira toda a gente sabe que por motivos ligados à vida particular dele pediu a suspensão do mandato, mas essa Comissão tem lá um suplente que é o Vogal Diogo Machado, portanto essa Comissão poderia perfeitamente funcionar sem o seu Presidente eleito e mais, quem está na Comissão pode e deve ser o motor do seu desenvolvimento, nem sei até se teve necessidade de reunir mais do que uma vez, porventura até seria suficiente, não sei se foi, mas o que eu penso e é-me lícito pensar isso, é que se algum membro da Comissão, longe de querer exonerar-se dela, quisesse motivá-la, teria toda a oportunidade no seio dessa mesma Comissão. Portanto, enjeitar responsabilidades para alheios é coisa que não cai bem".

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Olinto Henrique da Cruz Ravara.

Vogal Nuno Tavares:

"Sr. Presidente, a bancada do PSD, não pode calar o seu protesto face à atitude tomada pela JAPA e congratular-se com a medida que em boa hora a bancada do Partido Popular, entendeu tomar exercendo o seu direito junto do Provedor de Justiça. De qualquer maneira, a título imediato, a bancada do PSD entende apresentar relativamente a esta questão uma Moção que põe à consideração desta Assembleia e cujo teor se transcreve:

#### Moção

"A Assembleia Municipal de Aveiro constatando o justificado e legítimo sentimento de indignação manifestado junto das várias bancadas por um vasto número de cidadãos Aveirenses afectados pela aplicação de taxas por parte da JAPA, elevadas muitas delas a quantitativos verdadeiramente surpreendentes,

1<sup>o</sup> Exprime o seu protesto pela aplicação das referidas medidas na dimensão conhecida, sem que, tanto quanto se saiba, tenha havido da parte do organismo em causa um estudo aprofundado das respectivas consequências para tantos cidadãos e famílias aveirenses;

2º Entende dever solicitar ao Sr. Presidente desta Assembleia, enquanto mais alto Magistrado Municipal, determine as averiguações entendidas convenientes, por forma a que a JAPA explicita sem margem para dúvidas, as razões legais e eticamente justificáveis de multiplicação exponencial das taxas que decidiu unilateralmente aplicar".

Vogal Virginia Veiga:

"Em termos sucintos, gostaria de chamar a atenção para um pequeno pormenor não menosprezável, que constitui um lapso comum às intervenções anteriores, salvo o devido respeito. Que é o facto do assunto principal da questão central que hoje traz aqui vários munícipes, ser a de toda uma gestão do Domínio Público Marítimo e não propriamente a da JAPA. E eu retiraria o "A" às intervenções de JAPA, deixava-me ficar pelo P, porque é bom que se veja e se saiba, que se trata de medidas que não são apenas locais. Sei também que não apenas os munícipes de Aveiro protestam desta situação, naquilo que respeita agora aqui à nossa zona, mas que também já houve protestos semelhantes aos de hoje, aos que esta presença hoje aqui se trata de público fora do vulgar. Já houve protestos também na Murtosa, em Estarreja, em Ílhavo e agora obviamente em Aveiro. Isto no mínimo dá que pensar; de todo o modo dá que pensar sobre de facto, o sistema actual de gestão do Domínio Público Marítimo. Mas, também o Dr. Pedro Dias lembrou, que os Partidos com representação neste momento na Assembleia da República, todos eles estão pelo menos de acordo neste momento, em que toda essa questão tenha que ser revista. Então, eu permito-me chamar atenção dos nossos poucos poderes e para o facto, de que talvez não seja este o sítio mais indicado para qualquer protesto, será sim provavelmente a Assembleia da República. Isto é, a JAPA se, excedendo-se ou não nas taxas aplicadas, agiu bem ou mal, não é a inteiramente responsável pela existência desta situação, que de todo o modo sem dúvida causa algum desagrado, falta saber se legítimo se ilegítimo. Há pelo menos nos poucos conhecimentos que tenho sobre esta matéria, algumas questões que devem ser levantadas, porque há de facto algum tratamento penalizante de alguns cidadãos nesta matéria, designadamente, quanto ao modo como se lhes aplica ou não as taxas. Tanto quanto sei, aqueles cidadãos que possam demonstrar o seu direito de propriedade documentalmente, por documentos anteriores a trinta e um de Dezembro de 1864, estarão isentos desta taxa. Sucede que esta prova é quase uma prova impossível e transforma os cidadãos em idênticas



*circunstâncias, de idêntico direito de propriedade, em cidadãos de natureza diferente, criando assim situações de desigualdade e eventualmente de inconstitucionalidade, não imputáveis à JAPA, mas a toda a legislação que regulamenta o Domínio Público Marítimo e portanto a aplicação destas taxas.*

*Faço questão de dizer isto, porque ultimamente se assiste muito a um ataque constante à JAPA, num momento em que para mim, como Município Aveirense, me custa especialmente, sobretudo quando nós sabemos que o PROT vem subalternizar o nosso Porto de Aveiro. Acho que nós Aveirenses devemos de ter algum cuidado no modo como nos exprimimos, no que respeita ao nosso Porto de Aveiro que queremos dignificado e com carácter Nacional.*

*Lembro e para terminar, que a Junta Autónoma tem um vasto domínio neste momento, sobretudo aqui na nossa zona, para a qual sim, e aspectos em que temos que ser profundamente reivindicativos, não esquecendo, (até pelas palavras que disse anteriormente) que gere não apenas esta zona donde a Moção que foi agora apresentada, está de alguma forma mal elaborada, salvo o devido respeito. Gere a Murtosa, gere Estarreja, gere por aí adiante, Ílhavo, toda uma outra série de Municípios, onde tem sido alvo também de reivindicações bastante grandes como seja em relação ao caso do Jardim do Oudinot, ou até do próprio Parque de Desportos que se prevê construir para aquele local, até ao esteiro de Salreu, até às margens do Rio Novo do Príncipe, tudo isso. Até às construções dos próprios muros aqui no interior da cidade, ou à dragagem da Ria. Precisa muito de dinheiro se esse dinheiro deve vir da penalização especial dos municípios desta zona, se é o Estado que deve rever o sistema de financiamento dessas obras, quanto a mim tenho algumas dúvidas que deva ser pela penalização, até em dupla, às vezes tripla tributação destes cidadãos e julgo que sem dúvida deve haver uma revisão do Domínio Público Marítimo, nos termos da tributação relativa à utilização do Domínio Público Marítimo. Nesse sentido, sugeria se me é permitido, que esta acta, ao contrário das outras que vêm com meses atrasadíssimos, seja realmente passada a escrito muito rapidamente para ser distribuída, designadamente na própria Assembleia da República, para que aí tenham noção de que hoje aqui, a bancada destinada ao público estava cheia, como tanto quanto sei, já esteve nas outras Assembleias Municipais dos Municípios a que me referi. O*


*protesto é portanto de natureza muito mais vasta do que aquela que hoje está aqui representada, o protesto é portanto para ser ouvido pelos tais Partidos que já apresentaram o projecto de revisão desta situação ou da situação que subjaz a esta".*

**Vogal Cruz Tavares:**

*"Sr. Presidente, julgo que estamos a viver uma sessão especial, existem na bancada pessoas que vieram cá já pela segunda vez para expressar o seu protesto, relativamente a um assunto que os afecta profundamente; e eu lamento em primeiro lugar que, na última sessão não tivesse havido oportunidade de dar voz a esses munícipes e que também hoje por força de um regulamento que é feito pela Assembleia e que poderá ser alterado pela Assembleia, também não haja oportunidade de esses munícipes poderem explicar porque estão aqui. É claro que nós estamos numa democracia e já houve algumas vozes que fizeram eco do problema que trouxe estes munícipes à nossa Assembleia, mas eu suponho que não chegou... eu pressinto que existe muita indignação da parte destes munícipes, eu pressinto que há fortes razões de protesto e fico muito triste que esta Assembleia não consiga o mecanismo que torne possível a expressão desse protesto. Julgo que, se o Sr. Presidente achar a minha proposta razoável, seria possível através de uma votação desta Assembleia, abrir-se excepcionalmente um período para que alguém da assistência nos explique tudo aquilo que ainda não foi explicado. Propunha ao Sr. Presidente da Mesa, com todo o respeito que tenho pela sua pessoa e pela forma como tem conduzido os trabalhos, ponha à votação da Assembleia a abertura de um período de dez ou quinze minutos, que excepcionalmente ultrapasse o regulamento desta Assembleia, que lembro é apenas um regulamento".*

**Presidente da Mesa da Assembleia:**

*"Peço desculpa, mas na realidade não posso estar de acordo com a sua posição. Com todo o respeito que o Sr. me merece e o público também, mas, o que é certo é que eu não posso alterar o que está no Regimento, porque, senão entramos numa indisciplina que, um dia por uma justificação plenamente válida no conceito desse momento, noutro dia por outra justificação que também será plenamente válida segundo o conceito dessa oportunidade, nós acabamos por ter uma actuação perfeitamente à margem do que está regimentado. Portanto, eu por forma nenhuma posso consentir e posso aceitar presidir a uma Assembleia que tome uma posição dessas. Eu,*


  
como alternativa, e porque também tenho o mesmo sentimento que o Sr. Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares em relação a este problema, acho que as pessoas que têm aqui estes problemas para apresentar e que não tiveram oportunidade de o fazer, porque também nem sequer se dirigiram ou a mim ou a qualquer elemento da Mesa da Assembleia para um esclarecimento. Portanto não discuto essa metodologia, mas o que é certo é que ninguém recusou qualquer informação sobre este assunto, mas se não tiveram essa oportunidade, terão certamente a oportunidade de fazer uma exposição que, de forma individual ou colectiva ou como entenderem a apresentarem não só à Assembleia, que pode voltar a discutir este problema noutra oportunidade qualquer, como também apresentar essa mesma exposição às bancadas políticas, porque eu estou convencido que as bancadas políticas que aqui estão representadas, também poderão actuar por sua iniciativa a partir de uma exposição que lhes seja apresentada e com a veemência e com toda a clareza e justificação apresentarem o problema".

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Custódio das Neves Lopes Ramos, Joaquim dos Santos Abreu e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Rosa Pires:

"Sr. Presidente, relativamente às taxas, gostaria de distinguir dois aspectos; entre uma situação que de facto consideramos inaceitável temos o dever de as denunciar e de veementemente protestar e a outra situação que é diferente, que é estabelecer já a culpa de uma instituição, ou de uma pessoa e não termos ainda informações suficientes para o fazer. Portanto em relação à situação com toda a veemência denunciá-la; em relação a um processo de culpa que porventura possa estar implícito, devemos ser mais cuidadosos nesse domínio.

A outra questão que eu gostava de trazer aqui também, era a questão da Comissão de Acompanhamento. Eu considero e o PSD comigo, que a anterior Comissão de Acompanhamento está extinta automaticamente com a saída do elemento da CDU; mas gostava de tecer algumas considerações sobre este aspecto. Discordo da forma como o Sr. Dr. Jorge Nascimento abordou esta questão em termos de que seriam os Partidos da oposição que deveriam ou poderiam dinamizar, a questão tem que ser muito franca e com muita clareza, quem tem que ser o motor, quem tem que ser o dinamizador é o Executivo; é mais o Executivo até do que a própria bancada que apoia o Executivo. É o Executivo que tem que estar interessado que

  
CPS

*Aveiro seja bem gerido, é claro que o Executivo não pode andar arrastar contra a vontade das bancadas da oposição, mas nunca esta Comissão de Acompanhamento, (que aliás reuniu informalmente antes até de ser criada) moveu quaisquer obstáculos, pelo contrário, várias vezes aqui foi trazida a questão, membros da Comissão de Acompanhamento disseram que era importante reunir, portanto aqui claramente a responsabilidade tem que ser assacada ao Executivo, que para gerir bem Aveiro, (e é a ele que compete a responsabilidade de gerir) tem que criar condições favoráveis a essa gestão e gostava de dizer o seguinte: o Plano de Urbanização é um projecto para a Cidade de Aveiro e sendo um projecto para a cidade de Aveiro, tem que ter credibilidade, não pode haver projecto para a cidade de Aveiro que não tenha credibilidade, e há um precedente grave, o Partido que está no poder na Câmara, tem responsabilidades, que é o Plano Director Municipal, toda a gente se lembra desta questão. Reparem que o Plano Director Municipal, que podia ser um documento orientador para o Município, o Sr. Professor Celso Santos, que era o número dois no anterior Executivo, veio dizer que não conhecia em parte, veio aqui dizer. Os técnicos que o elaboraram disseram que não eram eles os responsáveis, distanciaram-se, a Assembleia Municipal teve a posição de distanciamento que todos se recordam; quer dizer, um documento que devia ser orientador para o futuro do Concelho, foi um documento que perdeu total credibilidade, ele não foi dinamizador de nada, ele não foi impulsionador de nada. Queremos repetir a experiência com o Plano de Urbanização que temos ou que tivemos infelizmente com o Plano Director Municipal? Supunha eu, que a experiência do PDM tinha aconselhado as pessoas que têm a responsabilidade de gerir o Município de actuar de outra forma.*

*Entendo que o processo deve ser reaberto, entendo que o Executivo se está de facto interessado em que haja uma Comissão de Acompanhamento, deve colocar com franqueza e com clareza os termos de referência para essa Comissão; e que em Fevereiro e Março devem decorrer contactos entre os membros da Comissão de Acompanhamento, o Executivo e a equipa Técnica, e em Abril o mais tardar em princípio de Maio, e esta é uma condição que o PSD coloca para participar na Comissão de Acompanhamento, tem que ser feita uma Sessão Pública, onde se apresentem as grandes questões em torno das quais se desenvolve o Plano da Cidade e onde se discutam as propostas que estão a ser pensadas para essas grandes*

*questões. Esta é uma exigência da bancada do PSD para participar, é que de facto o mais tardar em Abril, princípios de Maio, haja uma sessão pública onde se diga aos Aveirenses quais são as grandes questões à volta das quais se pensa construir o futuro da cidade e quais são as propostas que se pensa que a cidade deve seguir para a tal senda de progresso que eu ouvi citada há dias. Se o Executivo assim o entender, se os outros Partidos estiverem dispostos a participar nessa discussão, a bancada do PSD estaria disposta a reentrar numa nova Comissão de Acompanhamento, que se espera mais eficaz e mais útil para Aveiro".*

*Vogal António Salavessa:*

*"Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou repetir aquilo que penso que é do conhecimento público, aliás com a leitura da carta que o Sr. Presidente acabou de fazer não vale a pena estar a repetir argumentos, mas como foram aqui aduzidas algumas considerações e algumas acusações, tenho necessidade de muito rapidamente chamar atenção pelo seguinte; a razão fundamental do pedido de demissão da Comissão de Acompanhamento é: - Comissão decidida a três de Janeiro, tomou posse a trinta de Janeiro, reuniu uma única vez em Maio e desde Maio até hoje nada, portanto não se acompanha nada desta maneira, portanto não se pode caucionar a existência de uma Comissão que não desempenha a sua função, não havia outra saída que não fosse o pedido de demissão, isto é eleitoralismo? não é, não é eleitoralismo. Eu estou nesta Assembleia há mais ou menos cinco anos; participei na Comissão de Alteração ao PDM, na Comissão do Regulamento dos Parcómetros, na Comissão do Regulamento de Taxas, no Regulamento de Resíduos Sólidos, estou a participar na Comissão da Capitania, saí da Comissão do Côjo por opção política do PCP e algumas destas Comissões exerceram a sua actividade em vésperas de eleições; não tem nada a ver uma coisa com a outra e penso que o CDS/PP, ainda vai ter oportunidades até ao fim deste mandato para continuar a ver que nós não pautamos as nossas posições por estar no contra, nós apoiaremos sempre tudo aquilo que entendemos que é de apoiar e aquilo que entendermos que não é de apoiar e que é de rejeitar, rejeitamos. Não estamos aqui para ser do contra, estamos aqui para contribuir naquilo que é possível para a melhoria da vida da Cidade e do Concelho.*

*Passando à questão que traz aqui alguns munícipes assistir aos trabalhos, é lamentável que não se tenham apercebido na última reunião*

*como é que isto funcionava em termos de intervenção do público. Mas eu fiquei sossegado, fiquei sossegado porque na Assembleia anterior houve membros desta Assembleia que se comprometeram a trazer aqui a informação e que até tinham falado com as pessoas que cá vieram... ora, sinceramente comigo ninguém falou, ninguém me expôs o problema, porque se me tivessem exposto o problema, ele teria sido trazido aqui hoje tal qual ele tivesse sido exposto. Ora, outros membros que se comprometeram a isso, inclusivé saiu na Comunicação Social que o iriam fazer e isso não foi feito. A responsabilidade não é minha, a responsabilidade é de quem é. Entretanto este órgão tem competência para tomar posição sobre tudo aquilo que considere ser de interesse Municipal; penso que esta forma de se apresentar uma Moção de protesto que faça coro com aquilo que as pessoas estão a pedir, é uma forma de intervenção desta Assembleia. Penso apesar de tudo que em termos processuais, teria sido possível um encontro entre a Mesa e uma delegação das pessoas presentes, no sentido de oficialmente poder ser entregue à Assembleia o conteúdo dos protestos, das reclamações ou das reivindicações das pessoas do público que aqui vieram".*

*Vogal Armando Vieira:*

*"Penso que foi aqui implicitamente citado o nosso companheiro de bancada Dr. Victor Mangerão, que efectivamente ter-se-ia comprometido com as pessoas aqui presentes, mas, motivos de ordem profissional inadiáveis fizeram-no deslocar hoje para Braga e com certeza por razões que terão a ver com o estado do tempo ainda não chegou, daí que, em nome do Dr. Victor Mangerão e em nome da bancada do PSD, apresentamos os nossos pedidos de desculpas às pessoas aqui presentes".*

*Vogal Raul Martins:*

*"Gostaria de em primeiro lugar falar um pouco desta situação, começando por debater um problema que é aquele que ao fim e ao cabo está aqui a ser debatido e que o Sr. Presidente trouxe mais uma vez a esta Assembleia, que é o problema da legalidade e o problema da ética. E se é óbvio que legalmente ou regulamentarmente estas pessoas que no meu entender teriam justamente direito à palavra e não têm, eticamente no meu entender repito, deveriam ter; e é óbvio que os regulamentos fazem-se e desfazem-se, e fazem-se por esta Assembleia e desfazem-se por esta Assembleia que é soberana, mas eu só queria lembrar ao Sr. Presidente, Dr. Rogério Leitão, que se toda a gente fosse tão escrupuloso a cumprir os*

*regulamentos, não tinha havido por exemplo o 25 de Abril, e inclusivamente não haveria esta Assembleia Municipal. Eu gostava de lhe lembrar isso e dizer que há factos que justificam que houvesse uma alteração ou uma modificação, uma excepção ao regulamento; não o entende assim o Sr. Presidente, tenho pena. O Sr. Presidente habituou-nos, para além de ter uma posição regulamentar nesta Assembleia, de cumprimento do regulamento desta Assembleia, perfeitamente louvável, também nos tem apresentado sempre posições éticas louváveis; penso que a posição da Mesa não é neste caso. É legalmente e regulamentarmente correcta, no domínio da ética penso que é pouco correcta.*

*De facto nós não nos deveríamos alhear, esta Assembleia não se alheia, do esforço destas pessoas que vieram cá algumas delas pela segunda vez, para apresentarem um problema que é um problema momentoso para essas pessoas, e que é no meu entender um verdadeiro escândalo. As taxas que vão ser aplicadas ou que estão a ser aplicadas, na maior parte dos casos são exorbitantes e que nalguns casos atingem valores cinco vezes superiores àquilo que é aplicado noutras zonas da mesma Ria de Aveiro; faz criar nas pessoas e em mim próprio que sou um amante da Ria, uma indignação que efectivamente não posso calar. Tanto mais escandalosa, (e aqui defendo profundamente as minhas convicções éticas) é a posição da Direcção do Porto de Aveiro, quando diz que se recusou a comentar a situação, limitando-se a afirmar que a JAPA é soberana. Esta política do quero, posso e mando, julguei que era uma política que já tinha sido banida do nosso país há muito tempo, infelizmente ainda há por aí uns focos de resistência, mas esperemos que, com o passar do tempo eles acabem por ser banidos da nossa sociedade.*

*Sr. Presidente, este facto é também para mim um facto concomitante com outros que se têm passado nesta Assembleia, e nomeadamente com aqueles que se têm passado com a gestão Camarária dos últimos anos. De facto, também a Câmara tem culpas no cartório, porque não consegui compreender, até hoje não consegui compreender, que uma das grandes vantagens competitivas de uma pequena cidade como Aveiro é aquilo que ela tem; e uma das vantagens competitivas de Aveiro é a Ria. E também a Câmara principalmente num passado não muito recente, tem estado sempre de costas voltadas para a Ria, e esta atitude da JAPA mais não é do que o culminar de situações de que efectivamente a Câmara Municipal e nomeadamente o seu Executivo não tem sido isento.*

*Ben*  
*ps*

*Volto aqui a focar uma coisa que para mim é fundamental, mais tarde ou mais cedo, quer queiramos quer não, nós temos, se queremos ser uma cidade moderna e com futuro, de aproveitar as nossas capacidades endógenas. Temos aqui uma coisa que poucos Concelhos têm, que é a Ria, temos que nos voltar para a Ria; as pessoas deviam de ser pagas, em vez de pagar, para ter os seus barcos na Ria, devia-se de criar na Ria um pólo de atracção que efectivamente chamasse a Aveiro as pessoas. Quem anda na Ria e passa uns fins de semana na Ria, sente que esta mesma JAPA e estes mesmos organismos que exigem estas taxas exorbitantes, são os mesmos que como toda a gente sabe, nada têm feito pela Ria e é por isso que a Ria se encontra na situação que está, mas também aqui se podia ter na altura própria, (e aqui a Câmara tem algumas culpas no cartório) dever-se-ia ter movimentado no sentido de obter as verbas suficientes e as verbas que eram postas à disposição, para que a Ria hoje existisse, para que o Lago do Paraíso existisse, para que as marinhas existissem e para que uma série de coisas existissem. Vamos lá a ver se finalmente o Plano Estratégico que tanto quanto sei está em fase final de elaboração, trará alguma coisa nesse sentido.*

*Um outro aspecto que eu queria focar aqui, vem no seguimento daquilo que o Dr. Nascimento disse, que é o problema das Comissões. Quem tem uma formação de gestão como eu, diz que quem quer governar governa, assume responsabilidades, corre riscos, quem não quer governar cria Comissões. É um pouco nesse sentido que eu culpo a Câmara, é precisamente ao contrário daquilo que o Sr. Dr. Nascimento diz, a Câmara sentindo-se incapaz de aqui trazer algum projecto credível, que tenha o apoio maioritário desta Assembleia, refugia-se nas Comissões que é para agarrar os grupos parlamentares a uma determinada posição e depois apresentar como seu, um trabalho que ao fim e ao cabo foi um trabalho das várias Comissões, que obviamente porque participaram nessas Comissões tacitamente darão o seu voto favorável. É Sr. Dr. no meu entender, precisamente modesto, como é óbvio, quando comparado com o seu, precisamente ao contrário daquilo que o Senhor diz. O que é certo é que nós temos assistido a uma série de propostas da Câmara e verificamos que essas propostas não têm o apoio desta Assembleia, e então a Câmara refugia-se basicamente numa ideia, já que não tem o apoio crie-se uma Comissão, e essa Comissão vai então dizer como é que nós havemos de fazer melhor e nós depois apresentamos esse projecto. É óbvio que isso é demitir-se da sua função fundamental que é*



*governar, que é liderar o processo de desenvolvimento do Concelho, que é essa a missão da Câmara; é propor, assumir riscos, gerir, não é criar comissões e, bem fez o PS, quando na altura própria se alheou desta Comissão. Mais uma vez se verifica que o PS tinha absoluta razão e que participar numa Comissão deste tipo ia redundar naquilo que efectivamente redundou".*

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa preparava-se para submeter à votação do plenário para admissão, a Moção apresentada pelo Vogal Nuno Tavares, quando foi interpelado por este:

Vogal Nuno Tavares:

*"Sr. Presidente, com a bondade que lhe é habitual, permitiu que eu retirasse a Moção que eu tinha apresentado e, constatando o consenso que existia entre todas as bancadas, a nossa colega Dra. Virgínia Veiga, teve a bondade de rescrever ou reformular a Moção, que está subscrita por representantes de todas as bancadas representadas na Assembleia Municipal e que diz o seguinte:*

#### MOÇÃO

*"A Assembleia Municipal de Aveiro considerando o justificado e legítimo sentimento de indignação manifestado junto das bancadas dos diferentes Partidos representados nesta Assembleia por um vasto número de cidadãos Aveirenses afectados pela aplicação de taxas de utilização do Domínio Público Marítimo, elevadas, muitas delas, a quantitativos verdadeiramente surpreendentes, vem:*

*1º Expressar o seu protesto pela aplicação das referidas medidas, na dimensão conhecida;*

*2º Solicitar ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que:*

*a) Dê a conhecer o presente protesto às autoridades marítimas competentes e bem assim aos diferentes Partidos com assento na Assembleia da República;*

*b) Solicite à JAPA que forneça a esta Assembleia a fundamentação da decisão de alteração das taxas aplicadas, sugerindo-lhe que a sua aplicação possa ser suspensa até se encontrar melhor solução".*

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, submeteu a referida Moção à votação do plenário para admissão e discussão tendo a mesma sido admitida por unanimidade.

Aberta a discussão, e uma vez que o assunto já estava suficientemente debatido não se registaram intervenções.

Submetida a Moção à votação da Assembleia, veio a mesma a merecer aprovação por unanimidade.

No seguimento dos trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para poder responder ao que lhe foi apresentado.

Presidente da Câmara:

" *Umhas notas breves sobre as matérias que aqui foram discutidas. Em primeiro lugar para dizer que o Executivo está com as preocupações das pessoas presentes e que não têm tido oportunidade de falar, que estiveram já na última reunião e dizer também que não estamos fora deste processo, deste problema, que resulta do pagamento de taxas elevadas; não porque tivéssemos sido ouvidos para a análise dessa tabela, mas porque vamos tendo conhecimento do que passa. Inicialmente quando aqui apareceu o grupo, na reunião anterior, pensei que a sua posição era referente ao estacionamento de iates ou pequenas embarcações no canal. Como se sabe o canal está na dependência da JAPA; há anos atrás o gabinete de Planeamento Municipal fez um estudo para para demarcar (tal como se faz com os automóveis) numa planta, como devem ficar os barcos. Isto são obrigações que não estão só na dependência da JAPA estão também na dependência da Capitania, e estão longe do nosso alcance em termos de compreensão, porque não conhecemos os problemas que constitui andar-se na água. Haverá normas que se tem de cumprir e o Executivo não tem conhecimento porque não zela pelo se passa dentro do canal. Uma coisa é discutir-se o canal, a localização de barcos; outra é discutir-se o pagamento de taxas dentro do Domínio Público Marítimo, que no fundo é o que aqui está em causa. E eu penso, (e já aqui foi referido por alguns Membros desta Assembleia) que isso passa por uma alteração de legislação. E foi aqui feita uma referência à Câmara, que a Câmara não está sem culpas. Mas eu pergunto o que foi feito pela Assembleia da República relativamente aos projectos de Dec.-Lei para alterar esta circunstância: a Lei do Domínio Público Marítimo. Projectos apresentados pelos Partidos com representação na Assembleia da República,*

*eu tenho cópias dos projectos apresentados pelos Partidos, que preocupados e bem, como nós estamos aqui com os problemas do Dominio Público Marítimo; ou seja primeiro porque há uma duplicação de taxas. Pagam à JAPA e pagam à Câmara. Em segundo porque há colisão entre dois poderes, numa grande área, que vai desde Mira até Ovar, onde abrange vários Concelhos. Não é só o Concelho de Aveiro, e aqui pareceu que só a Câmara de Aveiro é que tinha responsabilidades sobre aquilo que se tem tratado na Ria. Em resumo, pelas conversas que tenho tido, pelas visitas que fiz à Direcção Geral de Portos ou se altera a legislação ou a JAPA está com razão; Cumpre a Lei. Depois lembrar que foi encontrada solução em Lisboa, pois foi, mas em Lisboa não há uma Junta Autónoma, há uma Administração Portuária, que tem normas próprias, não tem Dominio Público Marítimo. Tem apenas uma área que foi decidida e aprovada pelo Governo, de administração do Porto; a Junta Autónoma é diferente. E esses projectos que aqui foram referidos não se preocupam muito com Juntas Autónomas, referem-se essencialmente às Administrações Portuárias. Que fique aqui o alerta que nem esses projectos de Dec.-Lei vão resolver estes dilemas que se levantam com as Juntas Autónomas.*

*Quanto à questão do que é que a Câmara tem feito?... A Câmara paga. A Câmara também paga por estas instalações aqui, porque ficam a menos de 50 metros e reclamou naturalmente como os nossos munícipes fizeram e foi indeferida a sua reclamação. É Lei é Lei.*

*Relativamente às Comissões de acompanhamento, estou de acordo com tudo o que aqui foi colocado. Penso que o Sr. Salavessa precipitou-se um bocado; a Comissão funcionou, passou-se uns meses é verdade, mas a minha promessa é que não vai acontecer relativamente ao Plano de Urbanização o mesmo que se passou com o PDM. O Plano tem tido alguma lentidão, tem esperado por trabalhos do Ordenamento do Trânsito, do Metro Ligeiro de Superfície, Plano Estratégico, para que depois possa ser conjugado com estes elementos. Tem havido uma preocupação da Câmara e dos Gabinetes em se reunirem com regularidade a fim de ajustarem e compatibilizarem o que se passa nos diversos Planos. O Plano de Urbanização já devia estar pronto mas lamentavelmente não está; mas logo que esteja virá a público para que lhe seja dado acompanhamento. Deixo aqui um apelo para que seja repensada a posição do Sr. Salavessa e do PS, que tomou logo a iniciativa quando se criou a Comissão de acompanhamento,*

*de não fazer parte. Eu quero dizer que é muito difícil para o Vereador do Pelouro e para o Presidente da Câmara sózinhos tomarem decisões que vão regulamentar o futuro da Cidade. Tem havido alguma dificuldade do Executivo em dar andamento, com a rapidez com que aqui estão a ser colocadas as questões. Deixo aqui um apelo para que esta Comissão retome a sua posição, coloque acima de tudo o entusiasmo que habitualmente põem nas questões Municipais, considerando que a Comissão de Acompanhamento é essencial para o Plano e para todos os Planos que a Câmara tem em execução. Foi aqui colocada a pergunta se eu era pelas Comissões?... Claro que sou pelas Comissões. Penso mesmo que em gestão participada, como é conveniente, tem de haver gente que acompanhe. Nem sempre o Executivo coloca atempadamente o funcionamento; há um Gabinete próprio e um Departamento e cabe-lhe alguma responsabilidade, por neste espaço intermédio não haver alguma reunião. Peço é a compreensão e que não se desista deste processo".*

*Vogal António Salavessa:*

*"Só duas notas. Uma é que quando fiz a referência a outros bancados ou membros da Assembleia não citei qualquer nome, até porque a questão foi plural; não se aplicava apenas a uma pessoa. E penso que o esclarecimento do Sr. Armando Vieira é bemvindo, só entendo que foi tardio. A Segunda questão tem a ver com este apelo do Sr. Presidente da Câmara: Sr. Presidente uma Comissão é para fazer isso que o próprio nome indica; é para acompanhar. E significa acompanhar na lentidão e na rapidez. Se os trabalhos são lentos, se há complicações, a Comissão devia ter conhecimento desses problemas e devia funcionar ao ritmo a que o plano está a ser organizado. Não faz sentido ser uma Comissão parada desde Maio até agora. Neste quadro não é possível continuar, não há qualquer reconsideração".*

*Vogal Cruz Tavares:*

*" Sr. Presidente ficámos a saber aquilo que já sabíamos, que a Câmara Municipal de Aveiro é a favor das Comissões. O Sr. Dr. Jorge Nascimento põe a questão; o problema metafísico de estar ou não estar nas Comissões interessa mais à bancadada da Câmara se à da oposição. Eu gostava de dizer a minha posição sobre as Comissões. E tenho nesse aspecto alguma discrepância com alguns elementos da minha bancada. Eu julgo que as Comissões de Acompanhamento e no caso concreto as que tem funcionado neste mandato, tem em parte servido para diluir as responsabilidades do*

*Executivo e nesse aspecto considero-as negativas. Mas há um determinado nível de generalidade, de permanencia no tempo das Comissões e dos Planos no tempo, que justificam o empenhamento decisivo da oposição. Tenho defendido que até ao nível estratégico, é muito bom para a Cidade, é muito bom para a oposição e é muito bom para o Executivo, que existam Comissões de acompanhamento. Abaixo do nível estratégico é uma forma de se confundirem competências, de se evitarem pedir responsabilidades a quem as têm. Daí, que entendo que abaixo do nível do plano estratégico, as Comissões de acompanhamento poderão ser defendidas e por mim serão com certeza em caso excepcionais em caso de impasse do Executivo. E só nesse caso. Mas que não se confunda nem se esqueça, que a responsabilidade executiva é da Câmara. Em caso nenhum as Comissões, seja ao nível estratégico, seja aos níveis inferiores, em caso nenhum podem diluir as responsabilidades de quem as têm. A Assembleia tem as suas, o Executivo tem de assumir as que lhe compete".*

*Vogal Rosa Pires:*

*"Gostava de dizer que a Comissão de acompanhamento; (se não estou em erro o Plano de Urbanização já ultrapassou em mais do dobro o prazo de execução, o prazo era meia dúzia de meses e já vai em mais de um ano) algo correu mal e esse facto devia de facto ser comunicado concordo com o Sr. Salavessa. Depois devo dizer que discordo que não haja matéria para fazer discussões públicas. Há muita matéria; até porque se beneficiou de acompanhar o Plano Estratégico. A participação pública não vem só no fim, é um erro que está criticado e mais que criticado, todos sabemos isso. Logo no levantamento das grandes questões e na forma de o equacionar, é desejável e é útil que haja a participação. O levantar da questão, saber se de facto o Plano está a abraçar as questões que são essenciais, já poderia ter ocorrido e eu congratulo-me que o tente fazer antes de Abril. Gostava a este propósito dizer que subscrevo a posição do Sr. Eng. Cruz Tavares (apesar de ele pensar que não) de que de facto, só a nível de questões estratégicas é que é indispensável este tipo de Comissões. E mais (considero contrariamente ao Dr. Jorge Nascimento) a grande questão é esta, eu tenho de identificar as grandes questões e equacionalas; a partir daí eu tenho opções diferentes de intervenção, tem que haver um grau de consciencialização à volta das grandes questões, até uma difusão de informação. Se quer que lhe diga, mesmo na alternância salutar da Governação, quer para uma oposição*

*fundamentada, quanto mais difundido estiver o conhecimento melhor. A partir daí, quando se faz a opção de intervenção, é que naturalmente pode haver divergências entre os diferentes Partidos. E portanto, eu posso ter acompanhado um processo e a partir de determinada altura divergir por completo da forma de intervir; e quando vou divergir da forma de intervir posso opôr-me ao Plano. Mas há toda uma legitimidade processual que eu não posso ignorar. Essa legitimidade não houve no PDM; era desejável que houvesse. Agora há que um reabrir formal do processo, que terá que ocorrer, porque a Comissão anterior no meu entendimento está de facto concluída".*


Vogal Diogo Machado:

*" Sr. Presidente duas palavras muito rápidas, para perante a Assembleia me culpabilizar, na parte que me toca, pelo não funcionamento da Comissão. Deixei propositadamente esta intervenção para o fim, uma vez que à data da demissão do Sr. Salavessa da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização, o Presidente em exercício seria eu. No entanto como é sabido, estive ausente desta Assembleia vários meses, por motivo da minha vida pessoal, pelo que como é óbvio não pude dar o acompanhamento que gostaria de ter dado e dar seguimento que com certeza daria se estivesse presente. Penetêncio-me pela minha ausência, penetêncio-me pela parte que me toca, pelo não funcionamento dessa Comissão. Gostaria também de nesta intervenção, secundar as palavras do Prof. Rosa Pires e fazer um apelo para que esta Comissão, reformulado que seja o processo ou conforme a Assembleia entender; volte a actuar, porque ela na minha opinião é necessária à análise dum documento tão importante como é o Plano de Urbanização. Em terceiro lugar gostaria de subscrever também as palavras do Eng. Cruz Tavares quando diz que a responsabilidade é do Executivo; é sim senhor, em qualquer caso a responsabilidade é do Executivo, mas também o mérito Sr. Eng. E nunca o ouvi falar nesta Assembleia de mérito".*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

## 2ª PARTE

Pelas 21,45 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário,



António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, João Pedro Simões Dias, em substituição do titular do cargo e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, João Gabriel Ferreira Santos, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos entrou-se de imediato no ponto nº2 da agenda de trabalhos:

PONTO Nº2 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1997.

Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 96.12.03: -  
"CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1997: - Dando seguimento ao deliberado na última reunião, o Sr. Presidente começou por fazer a apresentação do documento em epígrafe, previamente distribuído por todos os elementos do Executivo, tendo, em breve síntese, feito uma abordagem e explicação em relação a cada objectivo, distinguindo as novas acções e as que já vêm de anos anteriores. De seguida, fez também uma referência ao montante global do Orçamento, que tanto na receita como na despesa atinge a quantia de sete milhões seiscentos e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e um contos, teceu vários comentários ao mesmo e salientou que o seu valor é mais elevado do que no ano findo, mas que tal facto é

*motivado, fundamentalmente, pela transferência de capital para os Serviços Municipalizados, destinada a financiar o P.P.I., nos termos da Lei.*


*Seguiu-se troca de impressões, durante a qual todos os Srs. Vereadores levantaram algumas questões, que foram pontualmente esclarecidas pelo Sr. Presidente, após o que foi posto à votação o documento em epígrafe, o qual mereceu aprovação por maioria de seis votos a favor e um voto contra do Vereador Sr. Eduardo Feio.*

*Pelos Vereadores Srs. João Ferreira dos Santos e Tenente Coronel Albuquerque Pinto foi apresentada a seguinte declaração de voto: "Tal como tem acontecido todos os anos no período de aprovação do Plano de Actividades e Orçamento apresentado pelo Executivo, voltamos a repetir a nossa posição, a posição do Vereadores do PSD. Aprovámos o Plano de Actividades proposto pela maioria, e conseqüentemente o Orçamento que apoia tal Plano. No entanto, voltamos a repetir que este nunca seria um Plano do PSD, e pensamos que em nome da clareza e transparência, devemos explicitar a razões que nos levam a fazer tal afirmação. A política desenvolvida pela maioria CDS/PP na Câmara de Aveiro, em cerca de 20 anos, criou vícios e hábitos difíceis ou mesmo impossíveis hoje de corrigir, pela maioria que se mantém à frente dos destinos da autarquia Aveirense. Por tal, se a forma de ano para ano sofreu ligeiras alterações e adaptações, mantém-se, na essência, sem as alterações profundas que as mutações sócio-económicas exigem. A Administração Central, desde o Bloco Central até ao actual PS, sem excepção, tem sido para com Aveiro, relativamente a outros Concelhos de muito menor interesse, pouco pródiga, e a verdade é que se não tivesse sido estabelecida a Universidade em Aveiro antes do 25 de Abril, pensamos que o investimento da Administração Central teria passado ainda mais esquecido para o Concelho de Aveiro. Aveiro, que desempenhou um importante papel na oposição ao Regime anterior, afirmando-se com clareza e sem falsas vaidades, foi em matéria de dotações e de realizações nesse período, mais e melhor considerado do que o que tem vindo a ser pelos Governos do Regime Democrático. Os sucessivos Governos do pós 25 de Abril, têm vindo a tratar Aveiro com alguma indiferença, indiferença traduzida nas dotações que em cada ano inscreve no Orçamento do Estado destinada a realizações específicas no Concelho de Aveiro. Isto limita e impede que seja elaborado pela Câmara um Plano realista e que nos permita prever como e quando estarão resolvidas carências básicas, que de toda a*




*ordem persistem no Concelho. As receitas que têm vindo proporcionalmente a degradar-se, nem de perto nem de longe satisfazem as necessidades de um "vasto" Concelho como é Aveiro, e não respondem às carências que em cada ano aumentam. E se a autarquia não viesse a dar satisfação a propostas politicamente polémicas que lhe são feitas pelo Governo, como no ano que agora acaba aconteceu em relação à área do Ambiente para obter contrapartidas, as necessidades do Município estariam muito mais longe de virem a ser minimizadas. Em cada Plano são abertas rubricas com valores irrisórios para muitas das necessidades do Concelho, e passa o ano sem que tais rubricas ou valores sofram qualquer movimento, dada a exiguidade desses valores. Por parte dos Srs. Membros da Assembleia Municipal, há em cada ano um constante reclamar por falta de abertura ou inserção de rubricas no Plano, mas a criação de mais rubricas terá a virtude de melhorar o Plano como documento literário, mas nunca como documento orientador do Executivo Camarário. Em conclusão: aprovamos o Plano porque, tendo acompanhado de perto a actividade do Executivo, julgamos reconhecer as dificuldades e limitações que em cada momento enfrenta. A nossa reprovação, não alteraria o seu destino final e não teria nenhuma eficácia. Por outro lado, dentro de um Plano que não merece a nossa concordância estrutural, foram aceites as nossas pequenas propostas de correcção".*

*O Vereador Sr. Eduardo Feio, em nome dos Vereadores Socialistas, apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: - "Temos vindo sucessivamente a defender aquando da votação dos Planos de Actividades Camarários, durante este mandato, a nossa perspectiva sobre esta importante figura da vida Municipal. Para nós o Plano de Actividades é um instrumento de administração, de compromisso político e de controlo social. Neste quadro o Plano não deve limitar-se a apontar os projectos que impliquem despesas por investimentos, transferências de capital ou activos financeiros. O Plano deve também traduzir as intenções de actuação do município ao nível de projectos, mesmo sem tradução orçamental directa. A inovação nas metodologias e instrumentos de actuação autárquica tem sido sempre por nós defendida, no sentido de possibilitar o surgimento de uma Câmara pró-activa que se questione constantemente e que enfrente os novos desafios e resolva velhos problemas com que Aveiro se defronta de forma capaz, melhorando a qualidade de vida daqueles que habitam, trabalham e visitam Aveiro. O Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para 1997*

  
que nos é apresentado é um "... Plano essencialmente de continuidade relativamente ao anterior" (retirado do texto de introdução do Plano). Não apresentando assim qualquer alteração substancial à filosofia tradicional que tem vindo a ser dada a este importante instrumento autárquico. O Plano agora proposto apresenta, contudo, no que respeita à sua imagem e apresentação melhorias, mas continua a ser aquilo a que denominaríamos um Plano de 1ª geração, ou seja um elenco dos investimentos "no material", sem uma perspectiva integradora e sem inovar no que respeita à definição particular de objectivos e projectos municipais estratégicos, não se consubstanciando num documento de comunicação claro das opções do Executivo. Objectivos como o Ambiente e a requalificação urbana continuam no nosso entender, a ser abordados numa perspectiva redutora (o Ambiente é tido essencialmente como espaços verdes e a requalificação como reabilitação) as questões da sustentabilidade urbana e da qualificação e valorização urbana não são ainda devidamente perspectivadas. A área da acção social também não se encontra, na nossa óptica, estruturada estando todas as acções enquadradas no objectivo sem a definição de programas e projectos autónomos que permitissem a sua melhor leitura e gestão. É de referir ainda, e dado este tratar-se do último Plano de Actividades deste mandato autárquico, um conjunto de acções e projectos que sucessivamente têm sido inscritos nos Planos de Actividades desde 1994 e 1995 e que nunca se concluíram, apesar de muitos serem presentes sucessivamente nos Planos como a concluir nesse ano. Neste quadro e a título meramente exemplificativo, e nos diversos objectivos dos Planos: a aquisição do Teatro Aveirense, a reconstrução da Casa Eça de Queirós, a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, a Junta de Freguesia de St.ª Joana, a conclusão do Centro Social de Horta um conjunto de figuras de Plano (nomeadamente os Plano de Pormenor da zona da Forca-Vouga e P.U. de S. Jacinto), a questão das infra-estruturas das urbanizações Municipais como a do Picoto, o Projecto para a implantação do Porto de Recreio de Aveiro, o Parque de Feiras e Exposições, o Programa Museológico para a Ria, a Pista de manutenção da Baixa de St.º António, a implementação do sistema de informação geográfica, os percursos rurais de interesse turístico, o Centro Incubador de Empresas, o estudo e implementação de Pistas para Velocípedes. Neste Plano não estão ainda inscritas de forma clara um conjunto de iniciativas que se prendem com a questão da animação nocturna e da aposta na melhoria das vivências urbanas

*inter-geracionais. A questão da zona de animação/lazer da Lota continua a não ser uma aposta deste Plano. Continuamos também a não ver assumir, para além da introdução, em Plano de forma clara a questão da reorganização dos Serviços Municipais e a sua reinstalação, temos defendido que a questão da reestruturação da administração Municipal deve ser um objectivo específico deste Plano. Relativamente ao Orçamento não podemos deixar de apontar, no capítulo das receitas, a questão da fraca receita através da cobrança das taxas municipais sobre as obras particulares e loteamentos consequência da não actualização dos respectivos regulamentos e ainda as questões da venda de bens de investimento como os terrenos da Fábrica da Pinheira (sobre o futuro tínhamos vindo constantemente a questionar) e da SNAB, os quais no nosso entender devem estar condicionados a um estudo urbanístico para a zona da Fábrica da Pinheira que tenha em atenção o PDM e a conclusão do Plano de Urbanização de S. Jacinto no caso dos terrenos da SNAB. Outra questão que respeita ao Orçamento está relacionado com a não previsão, neste Plano, de nenhum mecanismo para preparação da implementação do novo sistema de Contabilidade Autárquica. Não podemos também deixar de referir que, apesar de apresentado como um ponto importante, o "cumprimento da componente de investimento Plurianual" em poucos projectos e acções isto se verifica, o que traduz uma menor aposta na programação temporal dos investimentos. As áreas estratégicas que temos vindo a defender, aquando da discussão dos Planos de Actividade, e que são: a aposta na reorganização administrativa e financeira, a participação / implicação dos Aveirenses no processo de desenvolvimento do Concelho, a melhoria da qualidade de vida e a aposta na Cultura, as infra-estruturas e acessibilidades e a inovação e a inserção regional e nacional, continuam a não ser perspectivadas de forma integrada. Defendemos também, como no ano transacto, a definição de novos objectivos no Plano de Actividades e a implementação de Projectos Municipais (com o recurso à figura do Director de Projecto Municipal) em áreas estratégicas para o desenvolvimento do concelho. A definição de objectivos como o da reorganização administrativa e financeira e o da inovação e inserção regional e nacional que enquadrassem um conjunto de programas, projectos e acções é fundamental para uma actuação mais eficaz da Câmara na prossecução do desenvolvimento concelhio. Não é, naturalmente, esta a filosofia e estrutura de Plano que nos é presente; entendemos também que é nestas questões de política global de*



*desenvolvimento que as diferenças de projecto devem ser assumidas de forma clara. Neste quadro e tendo em atenção a postura que durante este mandato autárquico os Vereadores Socialistas, assumiram no seio do Executivo Municipal e a presente proposta de Plano, a nossa posição de voto não se diferencia das anteriormente defendidas, podendo mesmo repetir-se a parte final da declaração de voto do ano transacto. Assim "perante as diferenças substanciais entre o quadro de referência que comporta as nossas propostas e a estratégia perceptível no Plano de Actividades que nos é proposto, vemo-nos obrigados a votar contra. Ao votarmos assim não estamos a pôr em causa muitos dos projectos e acções do Plano que consideramos de importância municipal e dos quais alguns defendemos desde sempre. Fazemo-lo porque estamos convictos que esta atitude traduz as nossas diferenças de projecto para o Concelho e constitui um contributo para o aprofundamento da Democracia Local e para a definição de novas estratégias e acções que vão no sentido da prossecução do desenvolvimento de Aveiro".*

*No uso da palavra, o Vereador Sr. Eng<sup>o</sup> Victor Silva disse que, embora não sendo o Plano que gostaria de ver, na medida em que as verbas não chegam para ocorrer a todas as necessidades do Concelho, entende que tem que haver um coordenação muito forte da parte do Presidente da Câmara e, talvez, também dos técnicos, para que se possa executar todo o trabalho previsto. Contudo, acha o Plano bastante ambicioso e, nesta convicção, vota-o favoravelmente.*

*Também pela Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz foram tecidas algumas palavras acerca do documento em epígrafe, tendo referido que, em relação à Cultura, é uma área em que se sente sempre insatisfeita, no que se refere à sua dotação orçamental, pois a constatar pelo montante global do orçamento, só será possível realizar aquele bloco de actividades recorrendo ao Mecenato Cultural. Expressou, também, que a Cultura deve ser articulada com acções inerentes ao quotidiano da comunidade Aveirense, nomeadamente, com as suas necessidades nas áreas do saneamento, água, acessos, habitação etc., pois as manifestações artísticas que são propostas só têm sentido se se confrontarem com o local e com o público para as quais são idealizadas.*

*O Vereador Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto, em relação à intervenção da Senhora Vereadora, referiu que, sem deixar de ser desportista e sem deixar de gostar de Cultura, acha que o orçamento que está*

*em votação, inclui verbas demasiado elevadas para as áreas da Cultura e do Desporto.*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Carlos Manuel da Silva Santos, Victor Manuel Cepeda Mangerão e Ernesto Carlos Rodrigues Barros.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação da proposta de acordo com a deliberação supra e também de acordo com toda a documentação previamente distribuída por todos os Srs. Deputados Municipais, colocando-se de seguida à disposição do plenário para prestar eventuais esclarecimentos sobre matérias respeitantes a este ponto da agenda de trabalhos.


Aberta a discussão usou da palavra:

Vogal Raul Martins:

*"Sr. Presidente, vou ser o mais sintético possível nesta minha apreciação deste documento que nos é apresentado, apenas para dizer simplesmente que, quando li este documento, penso que, graças ao esforço da oposição nesta Assembleia já tem uma apresentação gráfica e elementos que já permitem um controlo político mais eficaz; gostaria de dizer que li o documento e ao ler o documento a única coisa que me veio à cabeça foi um verso da célebre canção do Sérgio Godinho, que diz: "para este peditório o pessoal já deu". Isto é, com mais número menos número, é decalcado efectivamente dos documentos anteriores, aliás, como o próprio documento indica, é um documento de continuidade e, tanto assim é que o Sr. Presidente da Câmara conseguiu de alguma forma anestesiar todos os Vereadores e conseguiu como se pode ver a páginas 137, no encerramento, que fosse aprovado não o Orçamento financeiro para o ano de 1997, que é o que eu penso que estamos aqui a fazer, mas o Orçamento para o ano financeiro de 1996. Não sei se é gralha, parece-me que pelo que li, que não é. É um peditório que já demos, o resto do documento é todo um peditório que já demos, não tenho mais nada a dizer Sr. Presidente".*

Vogal Filipe Brandão:

*"Considero que o documento em causa é um Plano de continuidade, de conformismo, um Plano cinzento, sem qualquer rasgo ou brio. De facto, a única apreciação que podermos tirar dele é que se trata de um Plano de continuidade. Veja-se na introdução a este Plano de Actividades que em termos genéricos delimitará o quadro mental de apreço dos demais*



elementos que aqui vêm contidos, repare-se que na cidade da Ria, a palavra Ria surge apenas uma única vez e referida, enquadrada a onde? no Saneamento e Salubridade, e para a Câmara que valoriza a Ria enquanto saneamento e salubridade, em que termos de refere à Ria? "entende que a Ria de Aveiro representa uma reserva estratégica providencial" até quando a Ria de Aveiro vai continuar a ser uma reserva à mercê da providência? para quando o encontro desta Cidade e deste Concelho para com a sua envolvente lagunar? confesso que, subjacente a este, está um quadro mental de que nós Aveirenses muito estranhámos. Para quando Sr. Presidente, e o Sr. Presidente já é responsável pela condução dos negócios desta Câmara há tempo suficiente para poder inflectir se o desejasse, o percurso que durante anos foi seguido e não o fez. Continuidade também, porque é um termo eufemístico para disfarçar o arrastar penoso de objectivos que vêm sucedendo-se recorrentemente desde há anos atrás, curiosamente quando comecei a analisar este Plano não tinha o Plano de Actividades do ano passado, tinha apenas ao meu dispor o de há dois anos atrás, e como veremos no decorrer desta discussão e desta análise, muitos, eu diria demais, encontram-se ainda na mesma fase em que estavam há dois anos atrás; por outro lado vem também e com dignidade suficiente para ver referido na introdução a esta discussão que, e passo a citar, "várias diligências têm efectuado com vista a colmatar a instalação dos Serviços Municipalizados", obviamente que esta é uma questão indissociável da célebre questão da Fábrica da Pinheira, que é a assunção de um fracasso camarário; a Câmara comprou um edifício para nele instalar e chegou à conclusão após ter comprado, que não serve para nada. Mais, a determinação desastrosa, porque de uma determinação desastrosa se tratou e que de facto aqui vem assumir esse qualificativo, vai custar ao erário municipal, como se comprovará a folhas sessenta e sete, a módica quantia de dez mil contos apenas, e cito, "para se estudar a viabilidade de novas instalações dos serviços municipais"; por outro lado, Sr. Presidente, entende que, entre as apostas que enumerou que seriam as apostas do município e salvo erro não deixou escapar nenhum dos objectivos, ou seja todos os objectivos são a prioridade deste município.

Eu chamo a atenção de "fls. 11" - Gráfico da distribuição das dotações do Plano de Actividades -, ou seja, a distribuição relativa em relação ao ano passado o que é que nós vislumbramos? e qual imagem à prior que suscita a análise a estes elementos? Cultura, Desporto, Tempos


*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

*Livres e a Juventude, ultrapassa significativamente o saneamento e salubridade, ao contrário do que aconteceu o ano passado, quer isto dizer que Aveiro vai finalmente apostar significativamente na Cultura?... vamos a páginas vinte e cinco e vinte e seis, e chegamos à conclusão que em "fls. 26" comparativamente com o ano passado, que surgem mais trezentos mil contos neste objectivo, porém da análise parcial verificamos que só duzentos e cinquenta mil vão para a Construção da Pista de Atletismo de Aveiro, trezentos e trinta mil, há um reforço em relação ao ano passado de duzentos e cinquenta mil que, refira-se, estariam previstos, como adiante veremos, neste item apenas cento e trinta e um contos, ou seja, haverá uma deficiência a nível de planificação e de facto esta verba esgota o tal aumento, aquele reforço espectacular que V. Ex.<sup>a</sup> de alguma forma pretenderia traduzir nessa grande aposta. Por outro lado, e este pormenor é quase caricato, a Câmara aposta na requalificação urbana.*

*Página setenta e seis, este item tem cerca de noventa mil contos a mais do que o ano passado, é uma verba significativa, porém nessa verba estão mais cinquenta e cinco mil contos apenas para a reparação e conservação do edifício dos Paços do Concelho, ou seja, mais de metade da verba que V. Ex.<sup>a</sup> acresce neste item, vai para pintar o edifício da Câmara, se de facto isto traduz requalificação urbana, confesso que não percebo a noção de requalificação urbana que V. Ex.<sup>a</sup> subscreve. Manifestamente eu continuo sem perceber qual o traço distintivo da gestão de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da Câmara, em que é que esta gestão se distingue da gestão que o precedeu? e eu gostaria de perceber de facto, dando de barato, que de facto alguma diferença há, e portanto em que termos é que V. Ex.<sup>a</sup> se poderá, à posteriori, apresentar diante do eleitorado que o elegeu, ou aliás que o não elegeu".*

*Vogal António Salavessa:*

*" Em 1995 o Orçamento Municipal foi de 6,93 milhões de contos; já sabemos que em 1995 só foi cumprido 64%, portanto nem dois terços do Plano de Actividades e do Orçamento desse ano. Em 1996 talvez por essa razão, previram apenas 6,97 milhões de contos, quer dizer, houve entre noventa e cinco e noventa e seis um aumento previsto de cinco por mil, ou seja, 0,5%; mesmo assim o Sr. Presidente acabou de nos anunciar que apesar de ser um aumento tão pequenino em relação ao ano de noventa e cinco, com muito boa vontade talvez se chegue aos 80% da execução relativamente a 1996, estaremos cá daqui a dois ou três meses para ver o Relatório de*




*Actividades e para ver em que pé é que nós ficamos. Ora, entre um ano e outro 95 e 96, a Câmara praticamente não previu aumento do Orçamento, mas este ano, este ano de 97, vem-nos apresentar um aumento de 10% em relação àquilo que não é cumprido neste momento. Qual é que é a razão? o que é que leva a Câmara a ter um aumento orçamental desta ordem neste ano de 1997? será que se está a caminho de um maior realismo? ou será que está no eleitoralismo de Plano? e penso que é esta segunda opção, a do eleitoralismo de Plano que se está a verificar. A necessidade prevê um maior número de coisas para ver o que é que se pode ir fazendo para responder fundamentalmente no plano eleitoral.*

*Outra questão que ressalta da primeira leitura, é a das questões gerais, é a do aumento de facto das receitas extraordinárias do Orçamento; prevê-se um aumento das receitas extraordinárias por forma a que elas correspondem praticamente a metade do Orçamento para o próximo ano, a começar pelas participações previstas, sejam participações dos fundos estruturais, sejam participações do poder central em relação a obras participadas. Ora, o Orçamento para 1997 prevê 1,93 milhões de contos, quase um quarto do Orçamento destas participações, e o que é, mais 400 mil contos do que aquilo que foi orçamentado no ano anterior, isto deixa-me alguma perplexidade, em primeiro lugar, porque grande parte das acções que se prevêem participadas, são acções que já constavam do Orçamento do ano passado, portanto, quem comparar a tal página 134 do Orçamento deste ano, com a página 79 do Orçamento do ano passado, vê que grande parte destas acções estavam previstas no ano passado e que não tiveram execução e curiosamente este ano estão previstas novamente, mas com uma quebra das receitas próprias; mesmo assim há um aumento global de 400 mil contos; ora, ou isto é um mero relatar de questões de que não há intenção ou perspectiva de concretização efectiva, ou então o tal acordo entre o PP e o PS é mesmo verdade, o tal acordo que prevê que as Câmaras do PP venham a ser beneficiadas; quando se prevê um aumento desta ordem nos fundos estruturais, naquilo que vem do PIDAC, etc., etc., aqui há marosca, ou então não nos estão a contar a verdade.*

*O Sr. Presidente também fez uma apreciação na generalidade que apresentou na sua introdução; o Sr. Presidente diz que este Plano reavaliou, confirmou e reorientou opções estratégicas, que foram definidas até pelo Plano Estratégico e eu tive oportunidade de confirmar que algumas*



  
das opções do Plano Estratégico estão consignadas no Plano de Actividades, entretanto há duas ou três opções do Plano Estratégico que são definidas no Plano Estratégico, como prioridade um, que não estão relatadas neste Plano de Actividades; cito, "o Plano Estratégico que considera de primeira prioridade a criação do Centro de Negócios do Concelho" e além duma referência muito genérica não há qualquer projecto ou acção no Plano visando esse objectivo. Quanto à outra questão que não está e que é apontada como primeira prioridade, é o Pavilhão multi-usos; a terceira questão também identificada como primeira prioridade é a reorganização de serviços da Câmara Municipal. Ora, o conjunto dos objectivos do Plano Estratégico diz que é fundamental que se dê caminho à reorganização dos serviços da Câmara Municipal, com o estudo e implementação de uma nova Estrutura Orgânica e de processos de funcionamento mais adaptados às novas exigências de desenvolvimento e de gestão da cidade; não há neste Plano de Actividades qualquer referência a esta questão.

Quanto à sua promessa, Sr. Presidente, de que este Plano corresponde de uma forma mais efectiva à perspectiva do investimento Plurianual, tenho a chamar a atenção que apenas em dezoito acções se prevêem investimentos para os anos seguintes e que poderia haver dezenas, repito, dezenas de outras acções em que o mesmo critério devia ter sido aplicado, é muito pouco ainda para termos um Plano de Actividades que nos dê uma perspectiva do investimento necessário, não apenas no ano a que diz respeito, mas também dos anos subsequentes, mas isto tem a ver com o terceiro parágrafo das considerações iniciais do Sr. Presidente; o Sr. Presidente diz que este Plano se deve aproximar cada vez mais da sua função que é de servir de referencial, não é nada Sr. Presidente, o Plano não é um referencial da actividade do Executivo, um referencial é uma coisa muito vaga, é uma coisa que se tem em conta e que se puder se cumprir e se não se puder não se cumpre. O Plano de Actividades, é um documento central da actividade Municipal que é elaborado pela Câmara, é deliberado pela Assembleia e a que a Câmara tem que dar execução, portanto não é um referencial, é aquilo que a Câmara tem que efectivamente cumprir e que tem que corresponder, por isso mesmo, à realidade do que se quer executar, não quero dizer com isto, Sr. Presidente, que tenha de ser 100% e que não possa haver uma pequena margem, mas uma pequena margem não é os 64% de 95 e nem é os 75 ou os 80% de 1996.

*Outra questão, Sr. Presidente, e Sr.ª Câmara, é que não podem ser desenvolvidos num ano acções que não estejam previstas no Plano de Actividades, tudo o que a Câmara faz em termos de acções e de projectos, tem que estar previsto, consignado no Plano de Actividades, e não pode fazer coisas que aí não estejam previstas, o anúncio ou a deliberação ontem tomada pela Câmara Municipal da criação do Centro Hípico de Aveiro, não tem cabimento no Plano de 1996, não tem cabimento neste Plano de 1997, não há nenhuma verba específica prevista para o Centro Hípico de Aveiro; começa mal um Plano que antes de ser aprovado já está a ser violado, esta questão, Sr. Presidente, é bom que seja devidamente explicada a esta Assembleia.*

*O Sr. Presidente teve ocasião de dizer o que sobe e o que desce de facto, independentemente das justificações nós temos que, desce o global da Educação e da Saúde, desce do Ambiente, da Salubridade, sobe o Desporto, a Acção Social, eleições à porta, é típico é característico. O que está aqui Sr. Presidente, são opções da Câmara Municipal, são opções do Município, mesmo assim, tal como no ano passado Sr. Presidente, desafio-o a que cumpra mais e faça mais do que aquilo que foi cumprido ou que está perspectivado para este ano de 1997".*


*Vogal João Barbosa:*

*"Sr. Presidente, como já foi dito aqui, que os projectos devem ser acima de tudo e com rigor devem ser perspectivados no Plano. E numa apreciação global ao Plano que nos foi apresentado, também ficámos muito preocupados, o pouco que este Plano traz em referência à Vera-Cruz; é quase a continuidade de muito pouco do que vinha do ano passado; eu começo realmente por felicitar o Sr. Presidente da Câmara que como têm dito aqui é realmente uma pessoa de diálogo, concordo que o Sr. Presidente da Câmara é uma pessoa de diálogo. Recebemos um ofício da Câmara e do Sr. Presidente para fornecer aquilo que achávamos por carências na nossa freguesia; respondemos a esse ofício com uma lista das nossas necessidades, depois de sermos convocados, tivemos uma reunião onde discutimos a lista apresentada e ficou decidido que a maior parte seria exposta no Plano. Para nosso espanto, depois de lermos o Plano, naturalmente, muito pouco ou nada foi referenciado sobre a freguesia da Vera Cruz, até sobre os muros dos canais, pouco ou nada se diz, quando V. Ex.ª nesta Assembleia já uma vez disse, e mais precisamente, em Fevereiro último, Acta desta Assembleia n.º 48, dizia:*

*"caso a JAPA não participe nos custos, a Câmara iniciava a obra e ao mesmo tempo começava a exigir a desanexação dos limites da Ria", até hoje nada se viu do que se fez. Sr. Presidente da Câmara, o lado de lá do canal também é do Concelho de Aveiro, que se passa para este esquecimento que eu julgo que foi momentâneo? vamos discutir Objectivo por Objectivo, vamos demonstrar a nossa razão, e se calhar vamos lamentar constantemente o esquecimento, pedimos pelos menos, que as respostas que nos derem sejam satisfatórias para podermos depois votar em consciência."*

*Vogal Armando Vieira:*

*"Falando na minha qualidade de Presidente da Junta de Oliveirinha, terei que dizer ao Sr. Presidente da Câmara que, se não fora os exemplos dos anos anteriores em que a execução dos Planos fica muito longe, percentualmente falando, do desejável e do normal, nomeadamente com referência à freguesia de Oliveirinha, eu teria que dizer que em relação à freguesia de Oliveirinha este seria um Plano agradável. Mas Sr. Presidente, se há coisa que eu vejo neste Plano, passe os elogios da apresentação, que já aqui foram referidos, se calhar dentro do tal contexto dos tais acordos de bastidores, e já agora fazendo minhas as palavras do Sr. Salavessa, gostaria que dessas benesses também chegasse alguma coisa às freguesias do PSD, se é que isso é possível. Nos Planos anteriores habituámo-nos, nos de triste memória do Dr. Girão Pereira, habituámo-nos a ver muitas promessas e depois na concretização nada que se visse por comparação com aquilo que tinha sido prometido; infelizmente no ano findo, no ano de 1996, apesar de em alguns sectores termos melhorado, nomeadamente naquilo que se chamou os contratos programa, uma prova provada de que valeu a pena a luta das Juntas de Freguesia no sentido da descentralização, verifica-se que no ano findo a execução ficou muito abaixo daquilo que seria previsível. Na perspectiva de que o mesmo possa acontecer para o próximo ano, Sr. Presidente, tenho algumas reservas e porque acho que há determinadas obras, cuja dotação financeira é claramente insuficiente para analisarmos algumas situações melhor. Então eu passava a citar aqui por exemplo a Educação, o Ensino Pré-Escolar tem 10 mil contos, o Sr. Presidente pode-me explicar se é possível construir uma sala nova e adaptar mais quatro salas ao ensino Pré-Escolar com dez mil contos? já por aqui vimos que este Plano falseia a verdade. Há uma questão que eu queria que fosse respondida claramente, Sr. Presidente, e que insistirei até ouvir a resposta; fala-se em*




*pavilhões nas escolas EB2/3, e eu pergunto, já ando a fazer esta pergunta há vários anos, em que freguesias, em que escolas é que vão ser construídos os pavilhões referenciados no Plano? qual a metodologia de escolha? e após me referirem a metodologia para a escolha, eu gostaria que me dissessem claramente, quais as freguesias que vão ser contempladas ou as escolas que vão ser contempladas com estes pavilhões? fala-se de polidesportivos, não se diz onde. Sr. Presidente, é uma decisão aleatória, fica à vontade da Câmara é lamentável porque nós pedimos estes polidesportivos que se estendessem também à minha freguesia e não vimos isso inscrito claramente, temendo nós sermos marginalizados neste processo. A Pista de Oliveirinha, agora que se está a construir nova pista de tartan, a tão falada pista de tartan de Aveiro, se calhar as pessoas que aqui estão ou uma boa parte esquecem-se que o atletismo no distrito de Aveiro se fez ao longo destes anos na pista de Oliveirinha, uma pista de cinza, pobremente equipada, um tanto abandonada, apesar de há vários anos virmos reivindicando uma reabilitação da pista, prometida há pelo menos três anos a esta parte, não aconteceu a reabilitação da pista; quanto a esta pista, uma vez que vai haver a de tartan, eu queria saber se a Câmara pretende e está disponível para fazer a sua reabilitação, uma vez que o tartan com certeza não resolverá tudo, nem será com certeza permitido utilizar a pista de tartan para todos os fins na área do atletismo.*

*Na cultura vimos que não há nenhuma intenção de investimento nesta área nas freguesias fora da cidade, é lamentável Sr. Presidente.*

*Quanto ao Projecto Raízes eu gostaria de saber o que é a terceira fase do Projecto Raízes, Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Cultura, não sei o que é, faça o favor de me explicar. A animação das freguesias, nós já somos uma gente muito animada nas freguesias, trabalhamos pelo menos bastante e isso serve de animação ali para aqueles lados e algumas pessoas da cidade pensarão que os rurais não precisam de mais nada, já lhes basta o trabalho para se animarem uns com os outros, e então não precisam. Mil contos para as freguesias, é ridículo Sr. Presidente.*

*Na Acção Social há uma coisa que eu me questiono, porquê só Santiago e Griné? se é que o Griné alguma vez foi contemplado com a Acção Social na ocupação dos tempos livres? no ano findo de 1996 no Griné, nesta área não foi feito nada, foi feito tudo em Santiago. Sr. Presidente, então nas outras freguesias não será necessário também este tipo de Acção Social? nós demos connosco, nós Junta de Freguesia de Oliveirinha, a participar e bem,*



*satisfeitos da vida por o fazermos, na Acção Social em Santiago, fomos chamados a colaborar com a Acção Social na ocupação dos tempos livres com Santiago, nós não tivemos nenhuma acção deste tipo para nós, no entanto colaborámos satisfeitos por termos colaborado com as pessoas que vivem em Santiago, e continuaremos a colaborar obviamente. Na Saúde, tanto quanto me apercebo, parece-me que o Plano estará razoavelmente dotado, não podemos só dizer coisas más do Plano. Na Habitação Social, Sr. Presidente, é claramente insuficiente o investimento da habitação social nas freguesias rurais e gostaria que me explicassem porque é que a construção em "CDH" que eu não sei o que é, faça o favor de me explicar, porque é que a Câmara não tem em conta em maior profusão algumas freguesias rurais? eu gostava de saber porque é que a Câmara discrimina algumas freguesias rurais? no Planeamento nenhuma referência ao nosso pedido de execução de Planos de Pormenor para as zonas envolventes das Igreja da Oliveirinha e Feira, e Igreja de Quintãs, dois locais aglutinadores do desenvolvimento naquela freguesia, porque é que não foram contemplados, Sr. Presidente? se temos pedido isto com tanta insistência, e depois deixe-me falar de uma coisa que é comum a todas as freguesias rurais, e até algumas aqui suburbanas já com partes inseridas na área da Cidade, a iluminação pública é um desastre, é miserável, as populações das freguesias rurais, a iluminação pública das freguesias rurais, não é nem de longe nem de perto aquilo que seria desejável nos tempos que correm. As infra-estruturas nas urbanizações, a famosa "Urbanização do Picôto", de que está acolá um plano de ampliação, por sinal feliz, do Sr. Arqto. Osório, que nos apraz registar, não tem infra-estruturas, como é que se fazem e quando se fazem as infra-estruturas da urbanização do Picôto? quando é que se desenvolvem as infra-estruturas da ampliação que está ali para aprovação? não estão aqui contempladas, se calhar vamos continuar com a Urbanização do Picôto na sua área de crescimento igual à que neste momento se encontra. Os Planos, o arranjo urbanístico da zona envolvente da Escola C+S, da Junta de Freguesia e da Casa do Povo, estão dotados com verbas que vê-se nitidamente que foi para tapar os olhos à Junta de Freguesia, Sr. Presidente não aceitamos esta situação, também aqui as verbas não estão tão longe do realismo das situações e é por isso que eu tenho dúvidas em relação a este Plano. Nos Cemitérios, verbas previstas insuficientes, claramente insuficientes, o saneamento, a rede colectora das freguesias, Cacia, Esgueira, Eixo, Oliveirinha, dez mil contos, como, onde?*

*Paulo  
Ben  
[Signature]*

*com a verba disponibilizada? a menos que também aqui, esperamos que assim seja, baterei palmas se assim for, a menos que também aqui saia em defesa dos nossos interesses, o tão propalado apoio secreto entre o PS e o PP. No desenvolvimento económico, Sr. Vereador, no desenvolvimento económico nos Mercados e Feiras, andam-me a prometer há cinco anos a construção do Mercado da Oliveirinha; quando é que se faz o Mercado de Oliveirinha? se calhar V. Ex<sup>a</sup>. desconhece que a Feira da Oliveirinha, tirando a dos 28 é a maior Feira do concelho de Aveiro, e não é contemplada conforme deveria. O Turismo, fala-se de turismo e de percursos de turismo, e turismo rural, onde? quando? como? várias vezes apresentámos propostas no sentido de inserir nos percursos de turismo da cidade do nosso concelho, algumas coisas que com certeza os turistas gostariam de ver, ninguém nunca ligou. Na rede viária, a EN 230-1, que é a que liga a 230 à 335, mais propriamente Eixo - Quintãs, está como todos nós sabemos, é um pavor circular naquela estrada. Sr. Presidente, eu pedia-lhe aqui um particular empenho para que esta estrada fosse rapidamente reabilitada, há protestos fortíssimos dos empresários que ali têm que circular todos os dias e dos operários que também ali circulam, porque há ali muita gente que trabalha naquela zona. A reabilitação da 235-1, S. Bernardo - Costa do Valado - S. Bento, está-se a proceder ao troço compreendido pela freguesia de S. Bernardo, muito bem, era uma necessidade básica. É imperioso que se recupere o resto do traçado do centro de S. Bernardo até à cidade, que está uma calamidade, mas, e a parte restante que vai de S. Bernardo até S. Bento? estará contemplada, Sr. Presidente? vai ser executada neste ano que estamos em curso?.*

*A delegação de competências das freguesias, há uma coisa que é importante para nós Sr. Presidente, para nós sabermos avaliar e decidir em tempo oportuno, para quando a assinatura de após aprovação nesta Assembleia e se vai ser aprovado implicitamente esta delegação de competências das freguesias, para quando a assinatura dos necessários protocolos com as freguesias, se os houver, e qual a calendarização das transferências financeiras?*

*O meio ambiente, tenho aqui reclamado, Sr. Presidente, se há sector que eu acho que funciona mal nesta casa, Câmara Municipal, é os Jardins; quero lembrar ao Sr. Presidente que o sector dos Jardins funciona mal nesta casa a vários níveis, perseguem-se pessoas só porque ousam discordar, e eu não quero para já ir mais longe, é inadmissível o que se*


*passa no sector dos Jardins, à impunidade total do responsável pelo sector dos Jardins, as pessoas que mandam nesta casa, têm medo do responsável pelos Jardins, e eu sei porque é que têm medo Sr. Presidente, quando for preciso eu digo aqui porque é que têm medo; é inadmissível o que se está a passar. Os Jardins é um sector que esquece, se calhar por responsabilidades da Sr.ª Vereadora, esquece frequentemente as freguesias rurais, nós pedimos insistentemente intervenções, também gostamos de ver as coisas arranjadas e ajardinadas e a Sr.ª Vereadora sabe disso, porque é que os jardineiros da Câmara Municipal de Aveiro para irem a uma freguesia rural é preciso pedir cinquenta vezes? e se quando vão nós pedimos para fazer uma coisa eles fazem outra, gozando connosco, como têm feito comigo.*

*Na requalificação urbana, vai a Câmara, diz o Plano, renovar, procurar remendar, diz que vai resolver o problema das instalações, eu digo-lhe Sr. Presidente, vão uma vez mais remendar a questão das instalações para os serviços municipais, que não são dignos hoje das exigências do tempo que corre, não são dignos, nós notamos constantemente os munícipes a reclamarem pela forma como são atendidos, porque não há condições, os funcionários não têm culpa, muitas vezes da situação em que são atendidos os munícipes, e é aqui, Sr. Presidente, se há exemplo da inoperância do CDS/PP, é nas instalações dos serviços municipais. Há vinte anos que o CDS/PP adia e conseqüentemente deixa degradar os serviços, não é claramente uma prova da incapacidade na gestão do município?.*

*As passagens desniveladas, já depois de ter feito uma análise, suponho que o Eng.º Higino me comunicou e o Sr. Vereador Vítor Silva há dias me tinha dito o mesmo, que finalmente a CP vai construir a passagem desnivelada de Quintãs Sul, esperamos que assim seja, porque é uma necessidade vital e muito francamente sem querer ser egoísta, se todas as pessoas conhecem as passagens de nível do nosso concelho, sabem que aquela é de longe a que tem mais tráfego. Basicamente era isto, Sr. Presidente, que queria dizer e gostaria muito que este Plano fosse executável, infelizmente como dizia o Sr. Salavessa há pouco, é um Plano claramente eleitoralista, o que me deixa bastante pena."*

**Vogal António Salavessa:**

*"A questão que vou colocar, assume a forma de interpelação à Mesa: esta Assembleia é convocada com um objectivo e com uma ordem de trabalhos, essa ordem de trabalhos é conhecida e está um ponto que é o ponto*

  
de aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1997. Entretanto, não sei se o Sr. Presidente da Mesa já leu, está implícito na introdução que o Sr. Presidente faz ao Plano, que esta Assembleia delibere no sentido da transferência de competências para as Freguesias. Eu queria exprimir ao Sr. Presidente, a opinião de que não se pode fazer uma votação que inclua uma outra votação sobre uma matéria completamente diferente. Eu tenho a faculdade de poder votar a favor ou contra ou abster-me no Plano de Actividades, e ter uma votação diferente em relação à delegação de competências, são duas questões, perfeitamente demarcadas nas competências da Assembleia Municipal, que têm que ser objecto de convocatória e de deliberação específica, penso que a fazer uma votação tem de ficar claro que não se está a votar a delegação de competências, e penso que isso não tem qualquer efeito prático no que diz respeito à aprovação ou não do Plano, é irrelevante, a Câmara é que terá que propor o agendamento o mais rápido possível das transferências de competências para as Juntas de Freguesia”.

Presidente da Mesa da Assembleia:


" Não sei com precisão se na realidade essa matéria da delegação de competências tem que vir à Assembleia. Eu não ponho qualquer dúvida quanto à interpelação que o Sr. Salavessa faz, certamente o Sr. Presidente da Câmara terá isso em atenção e depois dará explicação necessária."

Vogal Fernando Tavares Marques:

"Obrigado Sr. Presidente. Duas notas muito breves, felizmente que não tenho tantas situações graves como o meu prezado amigo Armando Vieira, não há tanta calamidade, mas também há alguns problemas. Sr. Presidente, também naturalmente como todos devem ter feito, li o Plano de Actividades, há situações boas, outras menos boas, como em todo o caso. Das boas, eu quero de facto realçar e congratular-me, por termos em Plano e a médio prazo a sua inauguração, de grandes obras, que são importantes para o desenvolvimento desta cidade e em particular da minha freguesia. O Centro de Saúde, o Sr. Presidente já citou, o Complexo Escolar de Santiago que bem preciso e que bem se justifica naquele Bairro social, a Avenida Central, o Mercado, a cobertura do polidesportivo em Santiago, uma obra importantíssima de grande alcance social, a Rua Direita e sempre a Rua Direita, eu acredito que este ano vamos ter a Rua Direita em zona nobre,




também no Plano e registei isto já que é uma necessidade e que se arrasta há muitos anos, o apoio à construção dos dois Agrupamentos dos Escuteiros, também estou de acordo com a intervenção do Armando Vieira no que se refere à Estrada 335, enfim, isto é aquilo que de facto eu registo como bom, porque sem dúvida alguma são obras importantíssimas e que há muito se justificava serem de facto concluídas. Mas também há a parte menos boa, e nesse ponto eu sinto a necessidade urgente de realojarmos famílias em situação degradada, cito, em habitação degradada, é grave, na minha freguesia existe um bairro social, talvez dos maiores do país, não sei se estou a exagerar, mas de facto são mil e tal famílias que lá vivem e neste momento existem 18 ou 20 famílias, 18 ou 20 agregados familiares muitíssimo mal instalados. Eu queria alertar a Sr.<sup>a</sup> Vereadora para esta situação, a freguesia da Glória tem situações críticas em termos de agregados familiares que não estão devidamente instalados; ultimamente houve uma entrega de sete ou oito fogos e nenhum agregado da freguesia da Glória foi contemplado, é importante isso, são famílias que nós recebemos de braços abertos da nossa área e que nós apoiaremos na medida do possível mas que na verdade tem que haver mais sensibilidade dos serviços sociais da Câmara, conhecerem mais de perto as nossas necessidades em termos de habitação, para que no futuro haja um bocadinho mais de cuidado. Isto é o que eu encontro de mais negativo, para além, obviamente, temos aí algumas ruas que com certeza vão ser repavimentadas e a partir daí não tenho razão de queixa deste Plano, que não sendo óptimo é no mínimo razoável e com certeza merece a minha aprovação. E se me é permitido, e na sequência da intervenção do meu prezado amigo Armando Vieira, eu ouvi com muita atenção, como aliás eu faço há muito anos, o meu colega e amigo Armando Vieira, amizade que eu não tenho dúvidas é retribuída por ele, no entanto, permita-me estar um bocadinho em desacordo consigo quando de facto aponta aí de situações com as quais eu como Presidente de Junta e como colega não posso concordar. Tenho ouvido o meu amigo dizer, tenho acompanhado como disse, com cuidado as suas intervenções, há intervenções que eu tenho de estar solidário com o amigo, que apoio, tem tido muito mérito e que alguns resultados de facto nós temos obtido para as freguesias; estou-me a recordar por exemplo, da sua luta para que às juntas de freguesia seja dado o apoio financeiro, felizmente a Câmara teve essa sensibilidade, o Plano já aborda essa questão, tem reivindicado mais respeito pelas freguesias rurais, sem dúvida, tudo bem,

  
é um direito, estou solidário com o meu amigo, tem o meu apoio. Também entende e muito bem que nas comitativas municipais perante as cidades irmãs devia ir um representante das freguesias. muito bem, a Câmara Municipal ainda não teve essa sensibilidade, mas estou convencido que a breve prazo esse pormenor não é de facto esquecido, agora essa é a parte positiva, agora eu não posso estar de acordo como dizia há bocado, quando o meu amigo fala, por exemplo, em benesses, fala em marginalizarão, já o disse várias vezes ao longo destes anos, não pode realmente haver marginalização, porque se há marginalização eu sou obrigado a pensar que as freguesias do PP é que são as altamente beneficiadas e não é essa leitura que eu faço dos documentos que vejo e daquilo que tenho vindo a acompanhar, nas minhas idas à Câmara, os meus contactos com pessoas, com colega e inclusivamente com o meu amigo que já temos conversado. Se de facto as Juntas do PSD têm sido marginalizadas como o meu amigo diz, a leitura que se faz e repetindo é que as Juntas do PP têm sido as grandes beneficiadas, e eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara tivesse um dia qualquer, a oportunidade de dizer o valor das transferências para as Juntas de Freguesia e quase de certeza que as Juntas de Freguesia do PSD são aquelas que têm os maiores valores, a maior parte do bolo, quase tenho a certeza que é isso que acontece, portanto, não queria andar eternamente a ouvir o Sr. Armando Vieira dizer "marginalização", "marginalização", quando na realidade e na prática não é isso que acontece".

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Élio Manuel Delgado da Maia

Vogal Jorge Nascimento:

"Estamos perante um Plano que por natureza é programático. Eu sei que a Câmara tem um sem número de muitas obras que não incluiu neste Plano, é evidente que sim, se as tivesse incluído teria esgotado já para o próximo ano aquilo que esta Câmara ou outra qualquer tivesse programada e portanto quando se ouve coincidentemente também com o desejo de todos nós apontar um sem número de obras estruturais ou passageiras que a cidade precisa, isso a meu ver e sem rodeios são banalidades, porque a Câmara o que tem de fazer é, primeiro, como um bom planeador, um planeador razoável e com o mínimo de tino, é inventariar receitas e depois gastar de acordo com essas receitas, estabelecendo prioridades. Portanto, a meu ver, é gratuito dizer, para quando a ponte não sei onde..? para quando a via com



*dois acessos? para quando a estrada com 6 pistas? para quando o jardim aqui ou acolá? evidentemente esse todo seria o nosso desejo, estar aí no topo da Europa ou do refinamento do bem estar social e da distribuição de utilidades por todos nós cidadãos, mas é como digo a Câmara prevê receitas, estabelece prioridades, e é sobre isso que eu vou considerar aqui. Ora bem, a meu ver e já explicou, perfeitamente, penso que com alguma acuidade na forma escrita, este Plano está bem elaborado como já foi dito aqui, com a fotografia da maqueta também, e devo dizer que eu aprovo esta fotografia, como membro da Assembleia orgulho-me dela, tal como fez já o Sr. Presidente, porque isto afinal sendo uma obra particular, não deixa de ser uma obra de interesse municipal, penso que a Câmara e esta Assembleia, na minha óptica devem orgulhar-se por ter dado, tarde embora, o aproveitamento que o Côjo tem e que afinal mereceu a aprovação desta Assembleia, esta maqueta que aqui está mereceu a aprovação de todos nós, portanto não há motivo para que não conste da capa de um projecto, como um Plano destes que é da Câmara e nosso, que é de todos nós, que é da cidade.*

*A descrição daquilo que a Câmara pretende, consta, já como disse, e como deve ser, deste Plano na forma escrita; o Sr. Presidente já também fez a sua exposição, e eu poupo esta Assembleia a eu estar aqui agora a repetir tudo o que o Sr. Presidente aqui disse, porque afinal eu concordo inteiramente com o que cá está dito. Concordo igualmente com as prioridades atribuídas, realmente a Câmara deu prioridade nos gastos aqui a vários objectivos, entre eles a habitação e urbanização. A habitação porque satisfaz, é um bem, é um interesse de primordial importância porque satisfaz necessidades habitacionais e que se incluem no topo das necessidades. A urbanização e é uma coisa muito importante, porque esta Câmara deixa para a sua sucessora, que espero seja maioritariamente do partido a que pertença, deixa um conjunto de planos de urbanização e de planos de desenvolvimento que ocuparão a gestão do município durante largos e bons anos.*


*Dá preferência também este Plano, às acessibilidades; designadamente ao complemento da Avenida Central, Eixo Estruturante, passagens de nível desniveladas, todo um conjunto de acções que buscam o desenvolvimento, porque afinal as vias de acesso são factor primordial para o estabelecimento da Centralidade de Aveiro. É preciso aproximar os cidadãos*

através das vias de comunicação ao centro da urbe e na comunicação entre si.

*Comunicação e Transportes, Urbanização, Cultura e Desporto, investe no social, portanto, de uma maneira geral, eu concordo com as prioridades que a Câmara estabeleceu neste Plano e penso que, de um modo geral, este Plano merece a aprovação desta bancada".*

Vogal Cruz Tavares:

*"Sr. Presidente, aproveitando a deixa do Dr. Nascimento, queria dizer que este Plano, não sei se merece ou não a aprovação desta bancada; não merece a minha aprovação. Queria rapidamente dizer porquê: o Sr. Presidente da Câmara teve oportunidade de acentuar aquilo que nos parece o mais negativo do programa do Plano, e parece por outro lado, ser o ponto mais forte do Plano que é exactamente o acentuar da continuidade do Plano de Actividades. É isso que constitui o trunfo da Câmara?... é isso que constitui o maior defeito para nós, para mim pessoalmente deste Plano. Nós temos que nos lembrar, devemos lembrar-nos que estamos no último ano do mandato desta Câmara, e temos o direito de esperar que tudo aquilo que tem sido programado e realizado durante os anos anteriores tenha um coroamento, um culminar neste último ano. Suponho que não é isso que se deduz deste Plano de Actividades, temos ocasião de noutras intervenções desta bancada salientar esse aspecto e temos também o direito de reconhecer que não há assumidamente uma abertura de novos horizontes para um novo mandato, quer seja desta força política que está no poder, quer seja de outra qualquer. Ou seja, nem se fecha nem se abre porque se assume claramente que se vai reorganizar, que se vai reconsiderar, que se vai.... Tudo em repetição, que se vai reavaliar, não se vai avaliar vai-se reavaliar, não se vai fazer vai-se confirmar, não se vai orientar, não há novos horizontes, daí não haver novas orientações, vai-se reorientar. Ora, é este ponto que estamos a tratar na generalidade do Plano que constituiu para nós o ponto fundamental da orientação do Plano de Actividades e que nos deixa profundamente desiludidos e que claramente não nos satisfaz. Em particular, nós verificamos que o Sr. Presidente e a Câmara, que escolheram esta via da continuidade, eu suponho que, mesmo as pessoas do PP estão cansados da continuidade e, mais diria que os Aveirenses todos querem mudar e não estou a fazer já campanha política, nem eleitoral, como parece que já foi denunciado neste Plano que realmente há uma grande preocupação com o ano das eleições,*

  
mas, o sentimento que sei que existe também em muitas pessoas e em muitos elementos da bancada do CDS/PP, é que a continuidade é demasiada, já começa a criar anticorpos. O Sr. Presidente, usá alguns "tiques" que foram já experimentados no passado relativamente às tais campanhas eleitorais que de facto deram resultado; lembro que o Plano e o tema do Eixo Estruturante, que foi a vedeta da última campanha eleitoral do CDS/PP, continua aqui no Plano de Actividades. Se isso portanto é uma recolha de alguns êxitos do passado, parece que o processo aconselha e o êxito do passado aconselha a que se use uma técnica semelhante. Reparem que, em relação a Planos que a Câmara tem em elaboração, ou através dos Serviços, ou através de empresas particulares, estão a ser usados como factos adquiridos. O Sr. Presidente diz que "vai seguir algumas orientações, que vai dar seguimento ao Plano Estratégico", qual Plano Estratégico? ainda não há nenhum Plano Estratégico. Como não existe nenhum Plano de Urbanização. Tal como o tal Eixo Estruturante não existia e durante quatro anos continua a não existir. Mas, as nossas diferenças em relação à estratégia desta Câmara, são alargadas a outros campos, na síntese que acompanha a introdução do Plano deste documento, aparecem conceitos que estão consagrados na gestão desde há muitos anos desta Câmara e que são de facto desvirtuamentos daquilo que deve ser a acção e a gestão de um Município, relativamente a várias questões, nomeadamente o Desporto, que aparece neste Plano quase como que uma vedeta das distribuições de verbas. A intenção e o objectivo da Câmara neste campo por exemplo, diz que é promover obras, estimular o potencial desportivo com vista ao desporto de alta competição. Reparem meus Senhores, por onde anda a "alta competição em Portugal", entregue a uma Câmara Municipal, a ser potenciada pela Câmara Municipal, quando em toda a parte e até já no nosso País que está a sair talvez desde há pouco tempo do terceiro mundo. Temos que assumir isso, a alta competição não pode competir às Câmaras; e quem é que trata do desporto escolar? e quem é que trata do desporto de manutenção, para os diversos escalões etários da população, desde os jovens até à terceira idade? serão as Universidades? serão os clubes? suponho que estamos exactamente em registos rigorosamente opostos em relação a este assunto.

Em termos de Acção Social, a Câmara apresenta-nos uma verdadeira descoberta, desculpe Sr. Presidente, mas é uma coisa com que não se pode brincar, mas descobre a Câmara Municipal que a questão do

*envelhecimento da população é inelutável, imaginem depois de uns milhões de anos após Adão e Eva, se descobre que a população envelhece todos os dias e todas as horas e até todos os minutos, a população envelhece. Lembro que no Plano anterior, a preocupação da Câmara é que havia uma grande concentração de população em Aveiro de um ano para o outro. A preocupação muda-se e agora é o problema do envelhecimento. É claro que a população envelhece, não só aqui, como em toda a parte e o número de velhos que existia o ano passado é semelhante ou tem um peso na pirâmide de idades que é muito parecido ao do ano anterior. Isto é evidente que é uma preocupação que a Câmara tem de ter, mas não se percebe como estes objectivos mudam, rapidamente, numa questão que demora anos ou décadas a evoluir, como é que de um ano para o outro ela evolui com esta rapidez.*

*O Sr. Presidente, refere igualmente a questão do Saneamento e da Salubridade e num aparte, diz-nos que não se trata de uma estratégia regressiva a preocupação que a Câmara vai ter, em resolver o problema do Saneamento e da Salubridade. Nós devemos enquadrar o problema de Aveiro no problema nacional e toda a gente sabe que neste momento, nesta fase do desenvolvimento, os Municípios numa maneira geral e maioritariamente têm o problema da Salubridade resolvido, de tal maneira que a nível nacional considera-se que a fase da solução do saneamento básico, da salubridade das Cidades, está em termos médios ultrapassado. As Câmaras passaram já à fase de tratar de outros assuntos que no primeiro mundo preocupam basicamente as Câmaras, os assuntos de Saúde, os assuntos de Educação, a Defesa do Ambiente, mas nós em Aveiro ainda temos gravíssimos problemas de Salubridade, de Saneamento, por resolver; se a Câmara investe em salubridade em 1997, é porque passou quase 20 anos com esse problema em aberto.*

*Finalmente queria referir-me a uma questão que parece muito querida, porque tem sido referida várias vezes, pelo Executivo da Câmara. É a questão que preocupa o Planeamento da Câmara em preocupar-se no aumento da criação de mais urbanidade para a Nossa Cidade. Temos referido isto dezenas de vezes, as freguesias rurais não querem ser mais urbanas, quando é que nós percebemos que as pessoas que vivem nas freguesias rurais gostam imenso de viver nas freguesias rurais, e é por isso que muitas delas não vão para as freguesias urbanas. Quando é que se abre um capítulo novo enobrecendo a ruralidade das freguesias? é como a questão dos ciganos, as*

*Handwritten signatures in blue ink are visible in the top right corner of the page.*

*peçoas querem que os ciganos sejam iguais às outras peçoas, querem integrar os ciganos, eles não querem ser integrados, os rurais não querem ser urbanos, Sr. Presidente, por favor abra uma rubrica, dote-a com meios orçamentais para fomentar a ruralidade e escolher e delimitar e planear em cada freguesia rural um Centro Urbano onde todos os benefícios que as populações urbanas podem gozar na cidade, as possam também gozar na sua aldeia, que seja cada vez mais rural. E, finalmente Sr. Presidente, nós não gostamos deste Plano de Actividades, não porque ele esteja pior do que nos anos anteriores, mas exactamente porque ele está mais igual aos anos anteriores. Muito obrigado."*

*Vogal Diogo Machado:*

*"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, era minha intenção fazer, uma análise favorável e positiva deste Plano, mais adiante na minha intervenção se verá que continua a sê-lo, mas gostaria de antes de fazer essa análise, de particularizar não citando nomes, mas particularizar duas questões que eu entendo que não são questões; (e permitam-me a falsa modéstia) eu entendo que não são questões que engrandecem ou que criticam positivamente a análise deste Plano de Actividades. E a primeira diz respeito a um ataque que foi feito, talvez inconscientemente, talvez subconscientemente, ou ainda perigosamente conscientemente, a alguns Presidentes de Junta rurais, como aqui tanto tem sido dito. Os nossos Presidentes de Junta que foram aqui atacados, como não defendendo própria e devidamente os interesses das suas freguesias são tal qual todos os outros, peçoas dignas do maior respeito pelo trabalho, pela dedicação, pela devoção, à causa pública que há dezenas de anos a esta parte têm levado a efeito, e cito por exemplo, para mais não citar, (os outros que me perdoem) o exemplo do Sr. Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Eirol; há anos que é Presidente da Junta de Freguesia de Eirol e foi hoje aqui acusado de não defender propriamente os interesses da sua freguesia, é torpe, é malicioso, e até é uma falta de respeito. Quando se vê por exemplo, fazendo algumas contas que eu nem costume fazer, quando se vê por exemplo que uma freguesia, como a freguesia de Oliveirinha, tem um orçamento previsto neste Plano de à volta de 200 mil contos, e Eirol tem 22 mil, isso é andar a brincar com a cara de quem há mais de 20 anos é Presidente de Junta, isso, não pode ser dito nesta Assembleia e é contra isso que eu levanto a minha voz, as peçoas são eleitas e têm toda a legitimidade para estarem nos locais, nos*

*cargos para os quais foram eleitos, e nesta Assembleia não deve haver de maneira nenhuma lugar, a ataques insidiosos como estes que aqui foram feitos hoje.*

*Gostaria também de aflorar, ligeiramente, uma referência constante às técnicas eleitoralistas e mais grave até do que isso, na minha óptica, à saturação da bancada do PP em relação à continuidade; e mais grave até do que isso, à saturação de todos os Aveirenses pela continuidade. Muito gostaria eu de me arrogar o direito de falar por todos os Aveirenses, muito gostaria eu. Não tenho essa pretensão, nunca terei, como também tenho a certeza de que a continuidade não aflige a bancada do PP, a continuidade é bem vinda à bancada do PP, a continuidade é para nós bancada do PP motivo de união em torno de uma política, em torno de rumos, que começaram a ser traçados há vinte anos se calhar e que hoje, continuam a ser perseguidos na sua evolução natural; mas que definem claramente uma política, e é isto no fundo o que esta Assembleia tem que ser. O Srs. da bancada do PSD, com todo o meu respeito, do PS e da CDU, estão aqui a cumprir o vosso papel, nós estamos aqui a cumprir o nosso; os Srs. não concordam com a continuidade, nós defendêmo-la; os Srs. dizem que a continuidade cansa, nós dizemos que a continuidade define uma política, e é isso que está neste Plano de Actividades, é uma continuidade que continua a definir uma política, continuamente perseguida de há vinte anos a esta parte e continuamente sufragada. E esse se calhar é o maior problema para alguém, para alguns; e continuamente sufragada pelas gentes deste Concelho. O que se passa com este Plano, é para mim uma definição clara, de que este Executivo tem um rumo, de que este Executivo tem uma política e de que este Executivo persegue um a um os objectivos que entende serem primordiais para o desenvolvimento deste concelho. E a propósito disso, eu gostaria de ler duas ou três passagens breves de uma declaração de voto, de um grupo de Vereadores deste Executivo que entendem exactamente a realidade das coisas e que sabem e que se preocupam e que procuram ajudar, a que esses objectivos que há pouco referi continuem a ser perseguidos e, aqui diz-se: "que a Administração Central desde o Bloco Central até ao actual PS, sem excepção, tem sido para Aveiro, relativamente a outros Concelhos de muito menor interesse, pouco pródiga e, a verdade é que se não tivesse sido estabelecida a Universidade em Aveiro, antes do 25 de Abril, pensamos que o investimento da Administração Central, teria passado ainda mais esquecido*



*para o concelho de Aveiro. Diz-se também que, os sucessivos Governos do pós 25 de Abril têm vindo a tratar Aveiro com alguma indiferença, indiferença traduzida na dotações que em cada ano inscreve no Orçamento do Estado, destinado a realizações específicas no Concelho de Aveiro e, diz-se também que, se a Autarquia não viesse a dar satisfações a propostas politicamente polémicas havia verbas que não teriam vindo; diz-se também que aprovaram o Plano, porque tendo acompanhado de perto a actividade do Executivo, julgam reconhecer as dificuldades e limitações que em cada momento enfrenta". E mesmo assim este Executivo apresenta-nos hoje aqui um Plano de continuidade, com uma política há vinte anos definida e apesar disso, aqui está um Plano de continuidade, aqui está uma evolução da política, aqui está a actualização sempre desejada dos objectivos que têm que ser perseguidos para que Aveiro continue a crescer, como tem crescido até aqui. Quando se diz que: "para este peditório já deram", eu recordo que para este peditório nunca deram, e também eu que fui pai há pouco tempo, também podia dizer que essa música já não embala meninos. Aquilo que eu chamo a este Plano de Actividades, é mais uma vez e com mais força, um assumir de responsabilidades para que se possa ganhar o mérito".*

*Vogal Rosa Pires:*

*" Sr. Presidente, eu sei que um Plano de Actividades tem obviamente várias lógicas de construção, uma tem a ver com a sensibilidade, ás perspectivas dos outros autarcas da região terem com continuidade de acções do ano anterior e tem a ver com grandes questões do Município entre outras. Eu vou apenas debruçar-me sobre um desses aspectos, aliás os outros têm aqui sido trabalhados, e eu vou falar sobre o último. Eu julgava também que este Plano ou era o culminar de um projecto de quatro anos, ou então era a afirmação de um modelo alternativo aos anteriores; eu esperava que fosse um modelo alternativo aos anteriores, e de facto a minha desilusão foi grande. Recordo-me que, quando vi o primeiro Plano de Actividades era ainda o actual Presidente, Vereador responsável pelo Turismo e eu disse que se nós sobrepuséssemos vários anos de Planos iguais aqueles com as mesmas medidas para o Turismo, chegávamos ao fim de uma década e não tínhamos uma política de Turismo para Aveiro. Se nós virmos o que está proposto para o Turismo este ano, mais uma vez chegamos à mesma conclusão: São 3 ou 4, ou 5, 6 medidas avulsas, o Turismo pode ser fundamental para o desenvolvimento económico de Aveiro, não há uma*


*política de turismo, nem da forma como a estamos a trabalhar. Alguma vez chegamos a ter uma orientação de desenvolvimento para o Turismo? Se quiserem, não conseguimos construir um projecto para Aveiro, porque não há uma orientação de desenvolvimento explícito; outro exemplo: propõe-se aqui um "Parque Europa dos Pequeninos". Porque é que propomos uma Europa dos Pequeninos para Aveiro? é porque Coimbra tem "O Portugal dos Pequeninos"? para que é que nós propomos aqui o parque chamado a Europa dos Pequeninos?. Vamos ver está na animação? está no turismo? está nas feiras. Para que é que temos isto?! Como é que nós fundamentamos as nossas propostas? como é que tem credibilidade um Plano que não fundamenta propostas? Enfim, o problema da fundamentação foi colocado desde início, continuamos sem fundamentar propostas, e temos estas coisas que tocam de facto, enfim, a raias do caricato. Terceiro aspecto: já é habitual eu chamar à atenção, voltamos a ter uma ausência da identificação das grandes questões que são problemáticas. Não são aquelas orçamentais, são questões como o património; debatemos aqui o património à dias, a importância de Aveiro valorizar o seu património; qual é a política do património para Aveiro? qual é a política do ambiente, é só jardins? será que nós podemos aceitar que a política do Município de Aveiro para o ambiente são apenas os jardins?... poderíamos avançar com vários aspectos, não há política definida. Continuamos com a ausência da identificação das questões, do seu equacionar, da definição de forma de intervenção e de programas coerentes, de programas coerentes porque as medidas têm que ter entre si uma conjugação e todas elas irem num determinado sentido de desenvolvimento; continuamos sem essas preocupações, em documento nenhum. O Sr. Presidente disse que este era provavelmente o último Plano de Actividades que ele fazia, eu gostava de sugerir que não fosse, gostava de sugerir que ele começasse muito brevemente a preparar o Plano de Actividades de 1998, mas começasse em Janeiro, que reunisse os Vereadores todos e que dissesse quais eram as grandes questões que tinham que ser abordadas, que desse orientações para os Serviços Técnicos, para que os Serviços de Apoio começassem a identificar os diferentes aspectos, as diferentes vertentes em que essas grandes questões têm que ser abordadas, que se chegasse a meio do ano e fossem identificados os diferentes aspectos, e já esboçar as linhas de orientação e fosse novamente a meio do ano submetido a uma discussão, sobre aquilo que as pessoas acharam que era*

*importante actuar no domínio social, no domínio do ambiente, no domínio do património e que de meio ano até Outubro ou Novembro, houvesse um aprofundar então das discussões que aparecessem, e então nós teríamos com certeza um Plano que identificava temas, um Plano que fundamentava propostas, um Plano que definia orientações de desenvolvimento. Eu, sinceramente, sabendo que é previsível o desfecho final da votação, eu devo dizer que vou votar contra sem qualquer outro aspecto que não seja dizer, voto contra a falta de um projecto fundamentado para Aveiro; voto contra um plano que não enquadra, que não traduz, que não estimula a construção de um projecto para Aveiro".*

Vogal Victor Mangerão:

*" Em primeiro lugar, um pedido de desculpa e uma declaração de pesar: lastimo profundamente que por razões de ordem profissional urgentes e inesperadas, não pudesse cá ter estado presente desde o princípio na Assembleia Municipal, o que impediu que participasse da maneira que eu pensava adequada, no debate que eu não sei exactamente se houve, como eu pensaria que poderia ter havido, sobre os problemas das taxas da JAPA. Quero esclarecer no entanto, o seguinte, isto como preâmbulo à minha intervenção, é que estive estes dias todos à espera que elementos populares, populares não do PP, pessoas do público que aqui estiveram me entregassem elementos documentais para essa intervenção, não o fizeram. Li no jornal que realmente havia um elemento da bancada do PP, que seria o porta voz desses problemas aqui, fiquei descansado, mas afinal parece que as coisas não correram como eu esperava. Depois disso, quero dizer o seguinte, na generalidade, sobre este Plano de Actividades. Eu acho extraordinário que as pessoas se surpreendam com aquilo que está e com aquilo que não está neste Plano de Actividades; afinal de contas nós estamos, no quarto ano deste mandato. Um Plano de Actividades de um Executivo homogéneo, (e digo homogéneo porque tem uma maioria implantada) no poder partidário, o último ano seria, em termos razoáveis de governação, o ano em que se concluiriam os projectos anunciados em campanha eleitoral três anos antes, e que faseados, eventualmente, teriam o seu termino este ano. Aliás, para proveito político dos detentores do poder, que até costumam fazer os seus "timings" de forma a que as inaugurações se empurrem o mais próximo possível para a época eleitoral. O que eu acho perfeitamente legítimo, dentro do manobrismo político aceitável, ou então, já se está a pensar iniciar novas*

*obras, ou então acontece isto que já aqui foi denunciado ou aclamado; e aí, é que é o busílis da questão, ou então há um Plano de mera continuidade. A continuidade, uns aclamam e outros criticam. Vamos ver exemplos de continuidade na actividade camarária mais ou menos retratada neste Plano de Actividades, por exemplo: a reparação dos muros da Ria, é um bom exemplo de continuidade, continuam por reparar. Uns aclamam porque acham que muito bem, é assim mesmo; outros criticam, porque acham que a continuação daquele escândalo clamoroso, é uma vergonha que nada justifica. Nada justifica, JAPAS, Ministérios, Ambientes, nada. A Câmara que é quem perante o público, perante o País, perante os turistas, perante os próprios Aveirenses, dá a cara pela imagem da cidade, Essa, tem-se limitado a esperar que haja um milagre, que haja a concessão, que haja o subsídio, que haja a esmola, que haja a comparticipação, que haja qualquer coisa, a Câmara não tem feito isto. Mas fez uma coisa no início disso tudo; foi Ela, que motivou, por motivos eleitorais relacionados com a última campanha por uma dragagem, cujo preço foi pago a esta Assembleia Municipal, já à posteriori, um especial favor de rectidão de contas, foi a Câmara, no entanto, que desencadeou o processo de destruição daqueles muros. Esta continuidade, uns aclamam, outros chateiam-se; quem tem razão?... Outra continuidade: por exemplo, a questão, tão falada da criação de uma marina, tem a ver com o turismo, tem a ver com a vocação de Aveiro; há anos que as marinas se têm sucedido, abalou a continuidade, uns aclamam que todos os anos se fale da marina, outros chateiam-se, porque se fale todos os anos da marina. Com as perspectivas partidárias pode dizer que neste momento, que os pavimentos de Aveiro, estão melhores? Não, o que se pode é dizer é uma questão de continuidade. Penso continuar a abrir por causa dos tipos das TV Cabos, por causa dos tipos das Telecom, por causa dos tipos de não sei quantas coisas, dos Serviços Municipalizados, por falta da continuidade da falta de coordenação dos serviços que vão os tipos a abrir hoje, vêm outros que tapam, se calhar, mas quinze dias depois vêm outros a abrir; isto já foi denunciado tantas vezes, já foi acusado tantas vezes, a Câmara já assumiu o serviço, é continuidade. Continua tudo exactamente na mesma, para pior. Uns aclamam esta continuidade, e justificam-na porque acham que se calhar é sinal de progresso, outros chateiam-se com isto, porque se calhar acham que é sinal de incapacidade de governar bem a Cidade e o Concelho; a continuidade dá para tudo. A fábrica da louça da Pinheira, por exemplo no*



mandato anterior, o maior exemplo de protagonismo foi dado a esta Assembleia, já foi no mandato anterior, foi quando o Presidente da Câmara de então convidou e convenceu da sua boa fé e da sua mudança de estilo de governar os elementos da Assembleia dos vários partidos que deveriam dar um parecer prévio à Câmara, antes da Câmara assumir a aquisição de uma enormidade industrial nos arredores da Cidade para onde a Câmara tinha predestinado a transferência de não sei quantos serviços. A louça da Pinheira foi comprada, cento e muitos mil contos, já não me lembro. Houve inclusive alguns embromios, até aspectos jurídicos quanto a isso, passou-se um ano, dois anos, três anos, quatro anos, um dia destes o Sr. Presidente actual veio dizer: "bem temos de arranjar uma solução para a louça Pinheira" uma questão de continuidade. Há anos que um investimento daqueles, ponham-no a render juros e digam quanto é que isso significa, aparentemente feito; porque havia um projecto, há anos que ele significa, que não havia projecto, ou se havia projecto, o projecto foi pela água abaixo e não houve projecto que se sucedesse, não há projecto; é uma questão de continuidade. A louça da Pinheira lá está, ainda continua, porque ainda não caiu, mas de resto, é uma questão de continuidade, ou se calhar acham que é formidável, aumentou o património da Câmara, tem mais um grande edifício, mesmo que não saiba o que é que lhe há-de fazer. Outros chateiam-se, porque a louça da Pinheira já devia ser alguma coisa de útil e continua a não ser uma coisa de útil, mas como tem andado um bocado esquecida, ainda bem. Finalmente parece que a pista de atletismo, que não é um projecto propriamente camarário, mas é um projecto em que a Câmara também entra, vai para a frente; como a pista de atletismo está vocacionada em termos técnicos para ser realmente um local de alta competição, é nessa medida que a Câmara pensa que pode chamar a si também, o orgulho de estar a motivar a alta competição em Aveiro. É só nesse sentido, porque de resto, é evidente que nem a Câmara tem capacidade de interpretação, nem contém terrenos de pequena/alta competição, antes fosse, ou a Câmara ou o Clube de Aveiro, estamos um bocado longe disso. Simplesmente, a pista de atletismo, logo na parte da Câmara estão financiados 380 mil contos, o que apanha cerca de metade da verba geral destinada às coisas desportivas, e só isso faz subir a linha do investimento do desporto. Mas é outra questão de continuidade, a pista de atletismo, o convénio em que a Câmara Municipal também entra por aquela marcha nos terrenos do Estádio Universitário é do tempo do Sr.

*Ministro Roberto Carneiro; lembram-se ainda de quando é que em Portugal o Ministro da Educação se chamava Roberto Carneiro? a uma data de anos; é uma questão de continuidade. Ela lá continua, finalmente vai para a frente, pronto, grande orgulho para a Câmara, finalmente; uns chateiam-se com esta continuidade de ter estado tanto tempo assim, outros se calhar aclamam porque finalmente ela vai acabar, é tudo uma questão de continuidade.*

*Para mim o problema já nem se fala de silos, os silos foram mais um exemplo de continuidade dos grandes programas, os silos para estacionamento automóvel, durante anos consecutivos vinha, estudo para implantação de silos para aparcamentos automóveis, parece que este ano que a coisa foi posta de lado, já deixou de haver silos, ou deixa de haver silos, agora é outro sistema que eu ainda não bem sei qual é que vai ser. Temos outro exemplo de continuidade, que uns se calhar gostam imenso que permaneça, outros se calhar acham que já chateia demais e que está a levantar graves prejuízos. É por exemplo a situação dos transportes para S. Jacinto, a situação da empresa, chamemos-lhe ainda empresa da Transria, é uma situação perfeitamente obsoleta, extremamente equívoca, que demonstra a incapacidade da Câmara quando tal para resolver; quer em termos jurídicos, quer em termos económicos, quer em termos do projecto efectivo. Quer dizer, agora venho a saber que há um esquema de ferry-boat, quer dizer, mas há, está para haver, quer dizer, o facto é que isto arrasta-se à anos, já nasceu no mandato anterior, é uma questão de continuidade. Uns acham que está muito bem, outros chateiam-se por este problema importantíssimo, ainda não está resolvido, mais uma questão de continuidade, e há mais. ... A questão dos museus, por exemplo, lembro-me quando o Sr. Vereador da Cultura aqui fez o sua primeira intervenção enquanto tal, nesta Assembleia, que falou com um ar mais professoral, sobre questões de museologia, que até foi muito engraçado, perante os neófitos, entre os quais eu me incluía, deu a exibição dos seus conhecimentos sobre problemas de museus, disse o que se ia fazer, garantiu como se ia fazer; lembro-me perfeitamente do Sr. Custódio Ramos dizer assim: "olhe eu dou-lhe seis meses e eu disse-lhe, nem dou seis meses, até dou um ano", bem, demos três anos. Felizmente ao fim de três anos é uma questão de continuidade, as obras arrancaram, realmente as obras arrancaram, e agora, acabam quando?. É uma questão de continuidade, se Deus quiser hão-de continuar de ventre ao céu, que é para nós termos grandes museus no fim deste mandato.*

*Paul  
João  
PS*


*Aliás, como a continuidade enorme, prolongadíssima da construção do mercado de Santiago, que tem concomitantemente a continuidade prolongadíssima do estudo ou de reaproveitamento e reputação do mercado Manuel Firmino, por exemplo. Isto também são continuidades enormes que se arrastam, mas o bom povo de Aveiro, se calhar, por questões climáticas, está habituado a isto, é sereno, não se revolta, gosta destas coisas pacíficas, que demorem, mas a gente aguenta, e vai fazendo, e quando vai às outras cidades e vem de lá a dizer assim:" Viseu como cresceu; os "gajos" de Coimbra, não sei o quê; os "gajos" de Ovar..., tudo, mas Aveiro também cresceu, pois Aveiro também cresceu, mas há alguma parvalheira deste país que não tenha crescido? só as aldeias mesmo que já estão desertificadas há muito tempo, da Serra da Lousã e pouco mais. Até o Alentejo está a recrescer, não sei se com Alemães, se com Holandeses de pé descalço, mas está tudo a crescer, porque é que Aveiro não devia crescer?. Eu só pergunto é assim, eu desafio os Srs. a que me digam que obra digna de ficar e de ser apontada do património desta Cidade, foi inaugurada ou nos garantem que vai ser inaugurada neste mandato eleitoral, apontem qual. É a fábrica? é o viaduto? Se me disserem há quantos anos é que foi projectado o viaduto, quanto é que ele custou, os problemas que ele trouxe, olhe, o Presidente da Junta da Glória se lhe dessem a escolher agora, que é o Presidente da minha Junta de Freguesia, eu não sou rural, nestas coisas, se lhe dessem a escolher agora o dinheiro todo que foi gasto na Avenida Central, mais naquele viaduto, fazer antes outro tipo de obra na zona da Freguesia da Glória a ver se ele não arranjava meia dúzia de coisas mais interessantes, mais oportunas e mais prementes. Não me venham cá com o viaduto e com os acessos, porque se não temos aí histórias dos diabos para ver da eficiência daquele projecto e do verdadeiro interesse dele, atenção ao que aí vem... bem, é "Gerónimo Pereira de Campos"? é isso? o que é que é mais? o que é que fica? o que é que se nos prometem que fazem cumprir neste mandato? o que é que este Plano de Actividades finaliza. Eu até podia dizer partidariamente, olha, antes assim, é tão anódino, que até é bom politicamente, que é para toda a gente perceber que isto não é nada, continuidade de quê? zero mais zero é quanto?. É evidente que tem sempre de haver continuidade, há aqui inclusive um problema de continuidade que para mim é o mais grave de tudo, é que a imagem da Câmara enquanto ente político devia assumir os interesses, os anseios, as preocupações da população de Aveiro. Essa imagem da Câmara*

*perdeu muito, inclusive em relação à imagem da Câmara anterior, isto, sem estar a fazer juízos implícitos a uma anterior liderança camarária porque não tem só a ver com pessoas, tem a ver com conjuntos de pessoas, e a prova disso é que a declaração de votos que aqui foi colocada fora do contexto para ser manipulada no sentido político divergente na sua verdadeira intenção. Essa declaração de voto, dos vereadores do PSD na Câmara, o que pretende dizer é uma coisa perfeitamente correcta e que tem que ser assumido, mas interpretado à letra e no espírito com que ela foi dita, que é aquele como eu vejo, é que realmente Aveiro e o Concelho de Aveiro precisamente a partir da sua cabeça camarária, tem sido prejudicado, face ao Poder Central, independentemente das cores do Poder Central. E o Estado neste país de 1974 para cá já passou por uma data de colonações e de misturas de colorações, mas, independentemente dessas mudanças de cores, Aveiro sempre foi prejudicado, e porquê? por causa da sua incapacidade ou da sua dificuldade de liderança política, isto é importante que se diga, e é importante que se diga porquê? porque neste momento, neste momento o que acontece precisamente mais uma vez, é que nós somos prejudicados nas verbas do Orçamento Geral do Estado; a própria Câmara o tem de reconhecer, mas a pergunta que se faz, é a seguinte: Fez a Câmara tudo quanto devia ter feito? foi a Câmara capaz de fazer aquilo que deveria ser capaz de fazer para assumir face ao Poder Central, para reivindicar, para exigir? se não era capaz sozinha, acaso pediu que outros protagonistas locais se juntassem à Câmara para assumir a defesa e as preocupações do Concelho de Aveiro?. Isto também é política. Isto também é ser da Câmara, isto também é ser votado e receber mandato da população; eu bem sei que o Presidente de Junta de Freguesia rural pode ficar mais satisfeito ou menos satisfeito, mais calado ou menos calado, se mais 10 mil ou menos 5 mil, ou mais 30 mil contos lhe vêm calar alguns anseios locais. Simplesmente esta Assembleia Municipal não é uma soma de Presidentes de Junta de Freguesia rurais e urbanos e mais umas tantas pessoas eleitas directamente para completar um número. Isto aqui é um conjunto de pessoas que representam o Concelho, uns numas funções, outros noutras, e as suas divergências são uma coisa, mas as convergências de pontos de vista têm que ser outra. E eu pergunto se há divergências ou convergências destes pontos de vista quanto a isto?. A Câmara não tem sabido assumir perante o Poder Central a liderança dos interesses de Aveiro, e isso é um dos factores, não digo que seja o único, mas*



*é um dos factores óbvios do desprezo do menosprezo se preferirem, com que Aveiro tem sido tratado por sucessivos Governos, inclusive pelo anterior governo do PSD, eu assumo, como os Vereadores do PSD também o assumem na Câmara. As verdades tem que ser ditas com frontalidade, é verdade, mas por falhanço dos Aveirenses, agora, isto é uma questão de continuidade. Continuamos na mesma? vamos continuar na mesma? óptimo, uns gostam, outros chateiam-se, mas há-de ser sempre assim. Para acabar é isto: aquilo que me chateia, é a nota final com que eu penso comprovar, onde chegou a imagem da Câmara. No outro dia, reparámos num desagradável simbólico, (e eu não me quero meter no campo Freudiano) que foi a escolha da imagem do cartão de Boas Festas, que foi escolhido pela Câmara e que vem também aqui. Posteriormente a isso há uma coisa para mim ainda mais grave, a entrevista de um responsável da AIDA (Associação Industrial do Distrito de Aveiro) deu num jornal local, com acusações gravíssimas contra o Executivo camarário, sobre assuntos de uma extrema importância relativamente ao que deve ser a visão de desenvolvimento ao papel de Aveiro, como polo de um novo regionalismo, de um novo dinamismo de desenvolvimento para toda a zona. Bem, as acusações que lá estão, eu não vou dizer se concordo mais se concordo menos, é o lado formal que me chateia; que eu saiba não tiveram até este momento uma resposta assumida pela Câmara Municipal. Eu não posso obrigar-me, a ser eu, que nem sou do Partido que comanda a Câmara, a ter de responder ao responsável da AIDA; mas estou com uma raiva bestial e apetecia-me responder. Agora eu acho que quem deve responder é a Câmara, se a Câmara não é capaz ou tem medo, diga: "ó Dr. Mangerão responda à vontade", e eu respondo, eu respondo, agora não posso admitir é que a Câmara Municipal fique em silêncio perante aquilo; é uma página inteira meus Srs., e eu pergunto: é com estes colaboradores para o desenvolvimento que a Câmara Municipal quer apostar em Planos de continuidade sobre Parques e sobre outras coisas do género? É com estes? Escolham bem; Pensem bem. Mas também definam bem as regras para nós todos, porque isto tem a ver precisamente com isto, ou se continua tudo na mesma e daqui a dez anos continua-se ainda a falar de Parques de Exposições e isto é apenas um exemplo; ou isto acaba e é já. Agora continuidades destas..., realmente, há os que gostam muito, outros que gostam muito pouco, eu gosto muito pouco. Muito obrigado".*


**Vogal Diogo Machado:**



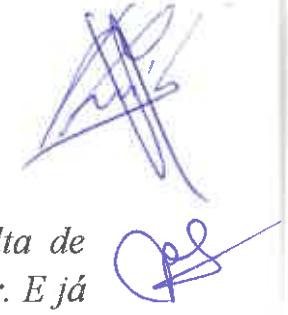
"Sr. Presidente, com uma rapidez quase telegráfica, apenas para dizer, que a minha citação da declaração de voto dos Vereadores do PSD, não foi fora de contexto; não reconheço legitimidade a ninguém, para me dizer na cara, aqui e nesta Assembleia. Estamos todos no mesmo plano, não foi fora do contexto, foi dentro do contexto que eu quis imprimir à minha intervenção; portanto foi dentro do contexto e não foi fora. E um pedido de desculpa, se é que assim foi interpretado pelos Vereadores do PSD, e eu penso que não foi, não quis utilizá-la, como argumento político, como uma manobra política, de qualidade nenhuma. Quis apenas mostrar, que aqui está escrito o bom senso, com que também os Vereadores do PSD estão no Executivo Municipal, para além de que, se interpretarmos à letra como o orador que me antecedeu, aqui referiu que devia ser interpretado, em lado nenhum desta declaração de voto, nós podemos ler, que Aveiro foi prejudicada por incapacidade, dos seus governantes. E podiam-no ter escrito aqui; e nem em lado nenhum à letra aqui isso está escrito. Nas entrelinhas, se quisermos interpretar nas entrelinhas, então sim, podemos interpretar da maneira que o orador que me antecedeu interpretou. Muito Obrigado".

Vogal Virgínia Veiga:

"Apenas uma ligeiras achegas, para manifestar uma discordância em relação a algumas intervenções anteriores e obviamente a minha total concordância hoje com o Dr. Victor Mangerão. Contudente hoje, perspicaz, e sem dúvida nenhuma, extremamente correcto na apreciação da continuidade a que faltaram (evidentemente não iria escutá-los), muitos itens. Como seja o saber-se por exemplo e só para dar um exemplo, o que se irá fazer do edifício do Banco de Portugal, não me venham dizer que a Câmara não tem nada a ver com isso; o que vai fazer-se deste mesmo edifício onde nós estamos e dos funcionários das Finanças aqui; e de todas as outras questões paralelas a esta, como seja por exemplo, também ali o estacionamento subterrâneo do Marquês do Pombal, aqui previsto, que é na mesma e sempre também na mesma linha uma continuidade inacabada. E para mostrar a minha discordância, porquê? Porque várias pessoas disseram aqui, que houve várias intervenções que tiveram um denominador comum, e este é um Orçamento eleitoralista. Eu quero-lhes dizer uma coisa, é na minha opinião, só num aspecto, num triste aspecto, e também num eleitoralismo de continuidade. Eu conheço apenas, os Orçamentos e Planos que me foram apresentados aqui neste mandato, o único em que aqui estive, mas, antes era



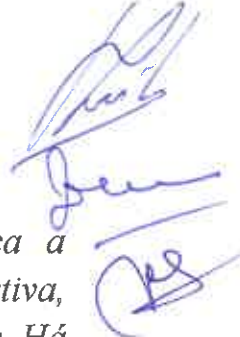
*munícipe em Aveiro e olhava também como todos os outros e via o mesmo que aqui está patente; o eleitoralismo é triste, é que nem sequer eleitoralista esta Câmara sabe ser. E eu suponho que era isto que de algum modo sobressaia também da intervenção do Professor Rosa Pires. É que não resulta deste Plano e Orçamento coisa nenhuma, é apenas uma mera gestão de merceeiro e em paralelo algum eleitoralismo. Onde?... Onde ele sempre houve em Aveiro. (e disso, tocou ao de leve o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha) Os jardins. Se forem reparar, o grande eleitoralismo vai parar ao mesmo sítio. Em Aveiro dá-se a comer erva, em todas as campanhas eleitorais, é relva, são bancos, são floreiras, é o que está neste Plano. Reparem ao ponto a que isto chega, chegam a orçamentar duas vezes a mesma coisa; bancos e floreiras. Mas, e note-se isto, numa cidade (e agora para subscrever a intervenção do meu colega de bancada Dr. Filipe Neto Brandão) onde, tudo deveria rodar à volta da Ria, nessa mesma cidade, é dada importância nuclear, nesta fase de eleitoralismo triste, que até a isso temos direito, a uma pista de atletismo. E a pista do Rio Novo do Príncipe? E eu agora permito-me fazer rigorosamente o que fez o Dr. Vítor Mangerão; lembrar, que nesta Assembleia numa das minhas primeiras intervenções, foi exactamente para chamar a atenção, da pouquíssima verba, que era na altura destinada à pista do Rio Novo do Príncipe. Pista olímpica; essa pista merece neste orçamento menos 2000 contos do que os bancos e os jardins. Naquilo que são desportos náuticos e apoio a desportos náuticos, todos eles, merecem menos dinheiro, que as verbas orçamentadas para bancos e jardins. Isto é absolutamente inenarrável, uma pista olímpica merece 5500 contos, se não estou em erro, enquanto os bancos e jardins merecem 7000. Com franqueza, não consigo compreender isto, a não ser lá está, que se apoie a tal continuidade que alguns gostam, e outros, utilizarei a mesma expressão, "se chateiam". A grande pergunta que se tem que fazer sempre, quando se olha para um Plano, (seja ele um Plano para um ano) é o que é que ele vai trazer para daqui a cinco ou dez anos. Se a Câmara parasse por um momento a fazer essa pergunta, se todos nós pararmos a fazer essa pergunta, por um momento que seja, isto é, como estará Aveiro com este Plano e Orçamento daqui a cinco, ou dez anos? Rigorosamente na mesma. Um pouco mais ajardinada, um pouco mais betuminada, porque nós sabemos que na continuidade se irão autorizar construções de prédios, onde aí sim, deveria haver grandes parques e jardins, mas não há grandes parques, não há isso,*



*aqui não está isso, o que está, é apenas a tal erva, que tapa a falta de saneamento, que há muito deveria ser feito nos termos em que devia ser. E já aqui foi discutido muitas vezes. E que não permite, ou que cria uma cortina, ao olhar do munícipe, ao olhar eleitoral. O munícipe deixa de olhar para baixo, para ver a desgraça subterrânea que este Concelho tem, e para que se não veja para o fundo, a desgraça que ainda lá vai, e que tapa também essa cortina, tapando-nos com a cor das flores e dos jardins. A outra desgraça, que é a desgraça arquitetónica, que é a desgraça da inexistência de um plano estratégico, do que quer que seja de desenvolvimento sério, quer a nível de Turismo. Como disse o Professor Rosa Pires, tão gasta que está a sua intervenção, por si, por mim, por outros, já cansa dizer a mesma coisa. E por mim, fico-me por aqui; com tristeza, tristeza profundíssima, porque esta situação é que leva a declarações de voto, como aquela que aqui foi falada. A Câmara Municipal de Aveiro não tem poder reivindicativo, não cresce. O Dr. Victor Mangerão chamou a atenção de Braga, Braga está mal ou bem, Braga cresceu estrondosamente; chamou a atenção de Viseu, Viseu cresceu estrondosamente: E eu faço-lhes uma pergunta caseira. Como estará Estarreja daqui a cinco, dez anos? Comparem em termos relativos o Orçamento e Plano de um sítio e de outro. Isto, com franqueza para nós Aveirenses, é absolutamente triste e absolutamente vergonhoso. Como estará Aveiro daqui a cinco ou dez anos desta maneira? Eu peço aos munícipes de Aveiro, que deixem de olhar para a erva que lhe dão a comer, sempre que há campanhas eleitorais".*

*Vogal António Manuel Coimbra:*

*"Muito obrigado Sr. Presidente, eu vou ser breve, porque não vou repetir o que disse o Eng.º Cruz Tavares, que concordo plenamente com o que disse, com o que disse também o meu companheiro, Professor Rosa Pires, e também o que disse o Dr. Victor Mangerão. No entanto, há alguns pontos que eu gostaria de realçar, até porque já estou há bastante tempo nesta Assembleia Municipal e, apesar da Câmara reafirmar uma continuidade, essa continuidade foi-se modificando nalgumas coisas, e nalgumas coisas ainda bem que se foram modificando. E eu encontrei em casa o Plano de Actividades e Orçamento de 1994, feito ainda no tempo do Dr. Girão e, tem muito pouco a ver com aquilo que nos é apresentado agora como um Plano de Actividades e Orçamento; melhorou... pelo menos aquilo que nós criticávamos durante muito tempo e durante o mandato anterior, que era:*



*haja uma fundamentação, haja um planeamento justificado. Começa a aparecer agora nos planos do Professor Celso, acho que há uma tentativa, acho que há um esforço que se nota e que eu penso que se tem que louvar. Há pelo menos mais respeito por esta Assembleia Municipal, coisa que não se verificava no passado. Antigamente os Planos, como este Plano de 1994, não tem uma única justificação, aquilo que nós encontrávamos aqui, eram rubricas com um determinado Orçamento, e isso chegava, não havia mais nada. Neste momento, e começou o ano passado, a serem definidas algumas linhas estratégicas. Diz o Professor Rosa Pires, e eu concordo plenamente com ele, de que, a visão ainda é muito reduzida, mas eu acho que começa a haver uma visão, é pena é que essa visão só tenha aparecido ao fim de vinte anos. Mas o que é um facto é que as coisas agora não estão só na cabeça de uma pessoa, começam a estar já no papel e começam a poder ser lidas e partilhadas pelas outras pessoas, principalmente por nós, que estamos aqui nesta Assembleia Municipal, e penso que isso é um aspecto positivo que eu saúdo, apesar de tardio. Uma outra questão que queria falar também em relação a este Plano e que vejo uma alteração, pequenina, mas alteração em relação há continuidade. É a aposta em relação ao desporto. Eu não vejo só a pista de atletismo, eu vejo uma aposta em infra-estruturas desportivas, e vejo o concurso, a certos programas específicos de financiamento, que penso que isso é importante, se calhar os concursos que se verificam aqui, essas candidaturas a programas específicas de financiamento, não são assim tantos como isso, mas há um esforço nesse sentido e penso que é de saudar; é de incentivar que se faça isto. Agora esta candidatura a programas específicos, já se tem visto no passado, e que não se têm traduzido em nada, quer dizer, estas coisas esfumam-se, e há bastantes rubricas orçadas, e que no final, isto não dá em nada.*

*Um outro assunto, que gostaria de falar, eu não me costumo referir às Juntas de Freguesia, mas já aqui foi falado, várias vezes nas Juntas de Freguesia, o Sr. Armando Vieira está sempre a falar nas Juntas de Freguesia rurais, há uns senhores que contrapõem com as Juntas de Freguesia urbanas; eu acho que as motivações, para apreciação de um Plano destes, pelas Juntas de Freguesia, não tem nada a ver com as motivações, minhas e de outras pessoas, que residimos numa área de jurisdição de uma Junta de Freguesia, mas que não somos propriamente autarcas de uma Freguesia, adstritos a uma Freguesia, e por isso, as nossas motivações para apreciação de um Plano*

*destes são diferentes, nós se calhar, olhamos mais para o tal planeamento, para a tal justificação e fundamentação de um Plano, as Juntas, olham mais para as obras nas suas Freguesias, ou pelo menos para as promessas de obras nas suas Freguesias. Os Presidentes de Junta neste Plano, este Plano é do agrado geral; e é do agrado geral, porquê? Por causa dos 160 mil contos que está previsto para delegação de competências. Esta delegação de competências, que contempla todas as Freguesias não são mais do que obras que a Câmara tem obrigação de fazer nas Freguesias no que diz respeito a pavimentações, por isso, não é benesse nenhuma a qualquer Junta de Freguesia. Agora, as Juntas de Freguesia estão satisfeitíssimas, porque assim é uma maneira que têm de mostrar obra, porque vão ter lá as máquinas a funcionar nas suas Freguesias, e estamos todos muito contentes, porque finalmente aquelas obras vão-se realizar, e se fosse de outra maneira se calhar não se realizariam nunca. É bestialzinho, é isso mesmo.*

*Outra rubrica que satisfaz muito as Juntas é a acção social; quer dizer, que este Plano está feito de uma maneira, que contempla as Juntas de Freguesia com estas séries, uma série de obras, de maneira a que toda a gente fique muito satisfeita, principalmente, ficam mais satisfeitos aqueles, que falam mais aqui nesta Assembleia, e não há dúvida, que por aqueles dados que foram apresentados ás Juntas de Freguesia aqui, que eu já tenho notado, que eu acho que são altamente prejudicadas e que estão sempre calados porque fazem parte da maioria da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia de Eirol e outras Freguesias do género. E cito Eirol, porque foi falada já como exemplo à bocado. É uma Junta de Freguesia que eu acho que tem sido lesada, em relação a outras Juntas de Freguesia, mesmo do CDS/PP, precisamente porque está calada. Porquê? Se calhar, falar, compensa, se calhar, protestar como o Sr. Armando Vieira faz, se calhar até compensa, até faz com que, algumas obras possam ser feitas em Oliveirinha, possa-se falar em Oliveirinha e, contra a vontade ou não, as obras fazem-se. Eu acho é que os Presidentes de Junta devem-se fazer ouvir também nesta Assembleia e, se calhar, têm que, olhar e aprovar este Plano de Actividades, não olhando só para a sua Junta de Freguesia, para os benefícios da sua Junta de Freguesia, mas se calhar para os benefícios que as obras que estão a acontecer, na sua Freguesia ou nas Freguesias vizinhas, estão a engrandecer o Concelho, porque se engrandecermos todas as Freguesias numa interligação, com certeza que, no futuro, para o próximo ano ou daqui a dois anos, a sua*

Freguesia também vai ser beneficiada por arrasto, penso que isto é uma lógica que devia ser seguida. Fico-me para já por aqui, depois discutimos a especialidade. Muito obrigado".

Sr. Presidente da Câmara:

" Quero referir-me a alguns aspectos que aqui foram focados, muito rapidamente, foram tantas intervenções, as referências feitas, vou tentar mais ou menos dar resposta ou pelo menos, explicitar, as questões levantadas aqui relativamente à última página, e fazer aqui uma referência à falta de definição relativamente à Ria, é sempre uma conversa que vem nestas Assembleias e eu queria esclarecer, e acho que já aqui foi dito algumas vezes que, a Câmara nos últimos tempos tem-se voltado para Aveiro. O que já foi reconhecido aqui por estes Srs. Deputados. E neste momento, o próprio Plano se refere ao parque urbano Ribeirinho, indo de encontro à estratégia do "Plano Estratégico". É sabido que esse voltar de costas que durante anos se manteve com a Ria, é pela dificuldade criada pelas outras entidades, também que nela dominam. Eu queria referir aqui um pormenor muito pequenino, mas que é suficiente: para prepararmos aquele canal da Forca-Vouga, que andamos a limpar e a tratar, existem dificuldades técnicas da parte da Câmara, por falta de técnica, mesmo para fazer trabalhos em locais de água. Não foi hábito nunca da Câmara Municipal ter técnicos especializados para trabalhar as valas hidráulicas, para trabalhar nas ribeiras, para trabalhar em tudo o que é água. Mas temos acompanhado, por exemplo, aquilo que é possível fazer, por parte da JAPA, que é um plano especial, por toda a área Ribeirinha esta área que aqui está mais próxima. A JAPA tem competência legal, para fazer planos de pormenor e não necessita de os trazer à Assembleia Municipal; a Câmara Municipal tem tido o relacionamento necessário em termos técnicos, para acompanhar e colocar nesse Plano especial, aquilo que julga, aquilo que deve obedecer em termos de planeamento, aos interesses do Concelho. Queria até dizer, que, e honra seja feita aqui à Junta Autónoma Porto Aveiro, que aderiu perfeitamente, e as despesas, com essa parte, não estava prevista no seu Plano especial, que é ligada ao porto, ligada à parte portuária, a JAPA decidiu corresponder ao nosso interesse e custear a despesa dessa área suplementar em termos do seu orçamento. São pequenas coisas são muito grandes, penso eu, são algumas, é aquilo que nos propomos e temos vindo a fazer; eu próprio me tenho empenhado em estarmos mais atentos aos problemas da área Ribeirinha.

*Paul*  
*deu*  
*per*

*Pensamos, e fala-se também aí, penso que no Plano na Rua da Pêga, que este ano adjudicámos. Quanto à Fábrica da Pinheira, logo que tomei posse, e embora na continuidade, que temos vindo a apostar, que é a continuidade do mandato, seria mau que não respeitássemos o Plano das anteriores eleições, as promessas e as propostas feitas nas últimas eleições. Quando uma Câmara Municipal toma o poder, vai naturalmente tentar corresponder àquilo que prometeu na sua campanha eleitoral; a Fábrica da Pinheira, logo que, admitimos a hipótese de encontrar outras instalações, que se afastem daquela zona, na medida em que não houve grande receptividade em transformar a fábrica em instalações próprias para a Câmara Municipal; pensámos em dar-lhe outro destino, e está aí, no Plano de Actividades, a sua venda prevista, da Fábrica da Pinheira.*

*O desporto está demonstrado, que a grande aposta é a pista de atletismo. Mas eu queria fazer uma referência à pista de atletismo, que aqui foi sempre considerada numa obra menor e uma obra que não é da Câmara e uma obra que é de outrem e que o grande investimento, previsto neste Plano, é apenas a pista de atletismo. Eu queria dizer que, se a Câmara não faz a candidatura, aos fundos comunitários, na medida "B", disponibilizando, através da sua candidatura o dinheiro para a pista, com certeza que teríamos pegado neste dinheiro e teríamos candidatado outra obra. É resultado e fruto de contratos programa, de acordos com outras entidades, com a Universidade, com Indesp, mas a aposta principal foi da Câmara Municipal; apostou na candidatura, disponibilizando a verba que podia obter para outros fins, para a pista de atletismo. É o esforço que a Câmara faz no desenvolvimento do desporto no Concelho. No que se refere à recuperação urbana foi aqui feita uma referência, que só vão recuperar o edifício da Câmara Municipal. Ele de facto carece; mas há outra verba em maior número, de oitenta mil contos em termos de PROCOM. Ou seja, para investir na zona antiga. E como sabem há um compromisso assinado entre a Câmara Municipal e a Associação Comercial, em que a Câmara se compromete, no decorrer destes dois, três anos, já incluindo este ano, investir trezentos e sessenta mil contos na zona da Vera-Cruz e na Rua Direita, na sua parte. Que o Plano não é uma referência, que é um compromisso; mas é também uma referência, pois naturalmente, está bem escalonado, está bem referenciado nas alíneas, está bem referenciado nas acções, para poder ter um cumprimento máximo possível. No que se reporta ao Centro Hípico,*



*Pub*  
*sem*  
*OP*

*aquilo que está em mão, e que foi publicado nos jornais, foi a apresentação de um estudo prévio, não há ainda aprovação do Plano de pormenor, não há ainda compromisso, não há terrenos adquiridos. O que foi apresentado, foi um esboço, eu posso explicar porquê; não é eleitoralismo, não é pressa em dizer o que é que estamos a fazer, somos suficientemente humildes e modestos e não receamos, naturalmente eleições por causa disso, por falta de protagonismo. O que se prepara e se apresentou à Câmara para conhecimento, e também para que a população tomasse conhecimento é um estudo prévio, sem uma concretização ainda, que tem todo o interesse dá-lo a conhecer, não só ao país, mas também no estrangeiro, para investidores. Estamos com isto já, a procurar encontrar resposta para aquilo que prevemos, em termos de Centro Hípico, em termos de golfe, em termos de utilização de uma grande área anexa, e que foi aumentada ao Plano de pormenor do Parque Desportivo. E quando se diz aqui, que Viseu, hoje por acaso calhou a Braga, o Sr. Dr. passou por Braga e viu, de facto, uma cidade grande, e falou em Viseu e disse "que Viseu cresceu, toda a gente cresceu", e eu devia dizer-lhe uma coisa: gostaria de ter em Aveiro, uma empresa chamada "Visabeira", talvez, de facto, isto crescesse um pouco mais... .*

*Relativamente aos muros dos canais, sabem muito bem, que as coisas estão em continuidade, como dizem aqui, pois estão, pois estão porque eles custam muito dinheiro. Bem bastou a infelicidade de eles terem caído. E uma vez que houve quem assumisse a sua recuperação, uma vez que há solução da sua recuperação por outra entidade, que a Câmara tem conhecimento já do estudo prévio, que se desenvolve em duas fases, a primeira fase, na parte de recuperação e a segunda para continuar, pensamos e o compromisso que há perante a Câmara é o concurso lançado, dentro de pouco tempo para que a Fevereiro ou Março possa estar adjudicado.*

*Em termos da transferência para as Juntas e dos problemas das Juntas, eu penso que nunca houve tanta atenção por parte da Câmara como nestes últimos anos para com as Juntas de Freguesia. Com certeza que a Câmara não correspondeu a tudo o que as Freguesias precisam; com certeza que há muita coisa mais a fazer ainda, e que não foi atendido. Mas eu gostava de levantar aqui uma questão, só para esclarecimento, e não para crítica alguma, que só em transferências em dinheiro, para as Juntas, sem considerar as obras que estão incluídas nos Planos, de construção de escolas, de construção de pavimentações e as outras obras que ficam no Plano, posso*

*dizer que Aradas recebeu 26.611 contos, Cacia 42.695, Eirol 7.866, Oliveirinha 33.837, Requeixo 13.215, St.<sup>a</sup> Joana 69.350, S. Bernardo 22.946, S. Jacinto 18.587, Vera Cruz 23.960, estão aqui incluídas as verbas do F.E.F, mas as outras transferências, são outros dinheiros transferidos e são materiais; as Juntas de Freguesia sabem.*

*Os polidesportivos que foram aqui focados nas escolas, eles serão implantados onde a DREC disser que devem ser implantados. Os critérios para a instalação destes polidesportivos estão dependentes da orientação Direcção Regional da Educação. Há o compromisso de este ano se avançar com alguns pavilhões, eles são caros, a Câmara só por si não tem dinheiro para os construir na totalidade, tem de os participar. Não deixaremos de estar atentos à recuperação da pista de atletismo, nunca deixa-mos de estar; vamos estar atentos. Na habitação Social o CDH(Contrato Desenvolvimento Habitação) é uma construção de habitação social a preços controlados, que normalmente é entregue a privados. São os privados que constróem estes CDH. Este CDH que se prevê para Santa Joana é num terreno aqui muito próximo da cidade, que vem suprir faltas que actualmente a zona urbana tem em termos de apartamentos, para socorrer a necessidades; normalmente estes CDH não são feitos em moradias, ou seja aquelas moradias que estamos a fazer na zona rural, são feitos em altura, neste caso prevê-se R/C, 1º. e 2º., três pisos, porquê? Porque temos que considerar que neste momento a zona urbana, a cidade propriamente dita, carece de alguns apartamentos, de algumas habitações, para socorrer necessidades e não vamos naturalmente pensar em deslocar os moradores da zona urbana para a zona rural, seria o mesmo pecado que da outra vez se fez, naquele conjunto de habitações, trazer pessoas da zona rural para a zona citadina que sofreram algo com isso.*

*A iluminação pública. Há algum entendimento, uma melhoria de entendimento entre a Câmara e a EDP; este ano pela primeira vez foram incluídos nos Planos de Actividades da EDP, arruamentos que a Câmara desejou; não só o Plano feito pela própria EDP. A responsabilidade dos jardins, não sei, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora não sei se terá alguma coisa a dizer, penso que há aí qualquer desgosto que foi apresentado por falta de consideração por parte do Encarregado; vamos tomar isso em conta, vamos conversar, vamos pôr as questões como elas devem ser. Recordo que aqui há alguns anos atrás, tinha sido tomada e aceitado que as Juntas de Freguesia tomariam*

*alguma atenção em termos dos seus próprios jardins, dada a dificuldade dos transportes, as dificuldades da deslocação do pessoal.*

*Incluiu-se neste Plano, a delegação de competências; seguiu-se o método que têm seguido outras Câmaras, não vemos qualquer inconveniente ou qualquer situação de impedimento para que a aprovação seja feita com a Junta, no Plano de Actividades. A lista está expressa, as obras são delegadas, têm o apoio das Juntas de Freguesia, a única coisa que as Juntas de Freguesia terão de acolher é a decisão das suas Assembleias de freguesia. Portanto aquelas Juntas que de facto aceitaram e que serão autorizadas pelas suas Juntas de Freguesia passam, no caso de ser aprovado o Plano, a ter logo aprovação tácita da delegação de competências no sentido de poderem avançar com os seus concursos por essas obras.*

*Penso que em termos de Saneamento Básico a referência que aqui foi feita é excessiva por defeito. E eu queria dizer que o Saneamento básico em Aveiro serve 70% da população, enquanto que a média do distrito é 30%. Portanto a questão do saneamento não se coloca apenas ao Concelho de Aveiro, embora não seja de interesse o assunto, mas relativamente aos outros Concelhos do Distrito de Aveiro, portanto estamos muito avançados. A Europa dos pequeninos é uma proposta que é colocada e que nos pareceu e à Câmara no seu todo, e a outras pessoas de algum interesse. Interesse de atracção, interesse de um parque, interessante, agradável para a cidade, ele será semelhante, não faço bem ideia, ainda não tenho o estudo, está aqui como previsão. Os contactos que existem são já efectivos, são de essência da Câmara, alguma vontade de disponibilizar o espaço, há até já quem pense nele aqui no parque ribeirinho, não sei se ficará bem se não, é um assunto a discutir-se, ainda é uma área grande, tem de se considerar bem, mas pareceu-nos que de facto é capaz de ser chamativo e ser interessante que um "Portugal dos Pequeninos" não sendo agora "Portugal", sendo uma "Europa", ficava bem aqui como parque de entretenimento, lúdico e até turístico.*

*Em termos do que o Sr. Dr. Mangerão referiu, pretendeu demonstrar que a Câmara não tem obras, é injusto. Eu não tenho aqui um relatório, mas se se fizer um relatório na oportunidade, em Março ou Abril, quando tivermos aqui de apresentar o relatório, eu vou-me comprometer a trazer um resumo do passado e também um resumo destes últimos dois anos, que são aqueles que me dizem mais responsabilidade directa. Porque eu penso que há muita obra feita, penso que esta Câmara deixou obra feita, e nós referenciá-la-emos na oportunidade. Mas para este ano e sem eleitoralismo nenhum, podemos falar do Centro Cultural de Congressos, da*

*Avenida Central que vai ficar pronta este ano, das Escolas C+S que se fizeram, recentes Cacia, S. Bernardo e Aradas e aquelas que se propõem, Santa Joana e Eixo. A pista de Atletismo, o Centro de Saúde de Aveiro; eu convido-os já, talvez, para a inauguração para a primeira quinzena de Março; na habitação social tem-se feito algo, na reabilitação da EN 230, da EN 335, a Câmara entra aqui com muitas verbas. O mercado de Santiago também estará pronto também em Março, não vamos deixar atrasar isto para muito tarde. A Escola Primária de Santiago está pronta, as passagens superiores desniveladas melhor dizendo, junto da CP, os Museus. Quanto à entrevista da AIDA, obriga a Câmara a tomar outra posição. Penso que o Sr. Dr. entende onde eu quero chegar, não estou a fazer críticas; temos alguma sugestões na altura oportuna para trazer a esta Assembleia e possivelmente teremos que encontrar outro "partener". O edifício do Banco de Portugal vai ser utilizado pelos Serviços de Finanças, como já foi tornado público".*

*Entretanto, saiu da sala o Vogal José Alberto Martins de Carvalho.*

*Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz:*

*" Antes de mais gostava que me explicasse também ali, agora, dirigindo-me ao Sr. Presidente de Junta Sr. Armando Vieira, porque é que o leva a considerar-se um rural? Porque isto de ser rural, é antes de mais uma forma de estar e posicionar na vida.*

*Mais do que às vezes, do que se dizer que é, é uma atitude. E penso, (peço desculpa) não me parece muito ser a sua. E que radica muitas vezes esse ser rural uma postura bem definida; o rural talvez seja aquele que prefere, em vez de umas tacinhas com vasos de flores, colocadas nos passeios do lugar onde se habita, ou em frente ao edifício da Junta de Freguesia, talvez seja aquele que prefira uma harmonia ambiental, um equilíbrio entre aquilo que é natural e artificialmente construído e imposto pelo homem. Jardins são na ruralidade, geralmente é assim que eu os entendo, espaços verdes dominados pelos milheirais, pelos pomares, pelos pastos, os vales e as valetas limpas por onde corre a água cristalina das nascentes, isso não cabe muito bem aos seus jardineiros criarem, de qualquer forma compete aos vários agentes que ali funcionam preservar, e muitas vezes esta ruralidade e esta atitude deve ser assumida e estimulada pelos próprios Presidentes de Junta, que é o seu papel. Na cidade tudo é muito artificial, e como tal, todos os jardineiros, os arquitectos, os pintores, os homens da recolha do lixo, os vendedores ambulantes, etc..., são os criadores. Estes agentes, homens, sujeitos de uma acção criam uma outra ordem, talvez não a tão natural como a que existe no mundo rural, é por isso preciso enfeitar o aglomerado urbano, porque o rural*

enfeitado está, e talvez seja melhor é respeitar aquilo que faz parte da sua essência, é que a qualidade de vida para o urbanista, talvez seja bem diferente do que é qualidade de vida para o Sr. rural, e aqui reside a questão; e já agora também, Sr. Dr. Virgínia Veiga, não compreendi muito bem aquela figura de estilo, excessiva quanto a mim, de se dar a comer erva aos munícipes, não percebi muito bem a quem é que estava a dar de comer erva. De qualquer forma, não vejo a comunidade de Aveiro tão vegetariana como isso, talvez eu não tenha entendido. Só gostaria de falar mais sobre os jardins, é complicado, muitas vezes, fazermos actuar processos entre aquilo que é uma profissional, arquitectos paisagistas, que são uma estrutura recente, com os que são jardineiros que há muito tempo trabalham e lidam de uma forma mais pragmática com as questões. De qualquer forma, eu sou alheia a queixas e hipotéticas condutas de perseguição que eu gostaria que me comprovassem, e que agradecia que me as confirmassem; interessa-me sim, avaliar o trabalho dos serviços dos jardins, e esse é francamente positivo, quanto a mim, e podemos visualizá-lo, está à nossa volta. Quanto à capacidade de trabalho dos vinte e sete jardineiros no activo, se fica aquém ou além daquilo que pensamos ou que seria desejado, eu penso que às vezes também há uma falta de solidariedade, quer pela parte das Freguesias, quer também de alguns grupos privados, condomínios, etc... para com essa realidade, porque acho que se todos participarmos na preservação e também na ajuda a manter esses mesmos espaços ordenados, penso que as coisas seriam mais fáceis.

Agora, também sobre o Dr. Mangerão, foi muito bonito o seu discurso e a sua pose "shakesperiana", e de um esquema estruturalista pelos opostos, foi bonito, gostei; deu-me um ano para os museus, eu penso que honrei, dentro do que me propus fazer: um programa museológico, um projecto polinuclear, uma reserva devidamente inventariada que existe no Centro Cultural de Congressos sobre o Espólio Municipal, um inventário geral do Espólio Rural, em colaboração com as acções culturais das várias Freguesias, e que me proponho publicar este ano. E isto é a segunda fase do projecto raízes, Sr. Armando Vieira. Quanto a inaugurações, eu não sou muito mulher de cortar fitas, nem tão pouco eleitoralista, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Virgínia Veiga, realmente, não sou. Mas sou capaz, porque para tal tenho coragem, de com perseverança, levar até ao fim uma causa, e vamos certamente ter ainda durante este ano de 1997, oportunidade de inaugurar vários museus rurais, e outros, mas daqueles que se inauguram e que ao outro dia não lhes cai o tecto, esperemos para ver. Muito obrigado a todos".

Vogal Raul Martins:

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

"Mais uma vez, fico deslumbrado com as brilhantes intervenções da nossa Vereadora da Cultura, embora troque por aqui os números, por exemplo diz que este ano vai acabar a segunda fase do projecto raízes, e o que está orçamentado é a terceira fase, penso que a segunda fase já foi paga o ano passado. Mas, eu queria aqui corrigir essa do rural com as vaquinhas na paisagem e a pastar erva e o homem de preferência roto e de chancas, com milheirais e com aqueles embelezamentos da paisagem, com os despejos das nitreiras nas terras, aquelas coisas todas que nós sabemos, nós efectivamente ficamos encantados com isso, eu que também sou um rural, e que me assumo como tal, as minhas raízes estão aí, estão no campo, não estão na Cidade. De qualquer maneira é uma forma de alguma maneira indelicada da Sr. Vereadora que se reclama da cultura, referir-se de gente que, no meu entender, devia receber de mais respeito. Queria aqui relevar um engano que tive à bocado, quando eu falei no início da minha intervenção, que ia citar um verso do Sérgio Godinho, acabei por citar um verso do José Mário Branco, que é "para esse peditório o pessoal já deu", mas de qualquer forma não queria deixar, já que falei do Sérgio Godinho, penso que é aplicável a esta situação, citar também um verso que é " cá se vai andando com a cabeça entre as orelhas", e é efectivamente a situação em que nós vamos andando neste Município. O Sr. Presidente da Câmara queixa-se que não tem, efectivamente cá o Palácio do Gelo, ó Sr. Presidente da Câmara mas temos o Palácio da Cera, que serve perfeitamente para a cidade que nós temos e que também é uma obra de vulto; quando se acusa, e aqui queria sair em defesa da Câmara, que neste Orçamento é tudo continuidade, eu queria aqui dizer que, efectivamente não é, de facto, por exemplo, há duas coisas que por acaso tem transitado nos orçamentos para os outros, que é: a aquisição do Teatro Aveirense e é a reconstrução da casa de Eça de Queirós em Verdemilho. Desde que eu me lembra, estas duas obras têm sido orçamentadas; já foi orçamentada em três mil contos, por exemplo, a casa de Eça de Queirós em Verdemilho, três mil contos, cinco mil contos, dez mil contos, este ano é quinze mil contos, mas nem tudo é continuidade, porque este ano mudaram a tabuleta que lá está à porta, o que é efectivamente, uma melhoria de vulto, diz: "esta obra vai ser comparticipada... está em transformação", tabuleta que já lá está, tanto quanto eu vejo, há pelo menos meia dúzia de anos, mas, este ano, penso que com quinze mil contos ... Em contrapartida o Teatro Aveirense que esteve com cinquenta mil contos nos outros orçamentos, este ano está com quinze mil contos, o que significa que baixaram o preço tipicamente, há aqui um trabalho de continuidade da Câmara que consegue, efectivamente adquirir. E vêem, se fossem todos

*precipitados como o Sr. Dr. Mangerão a quererem fazer as coisas, o dinheiro que tinham perdido. Tinham adquirido o Teatro Aveirense por cinquenta mil contos, quando este ano o vão adquirir por quinze mil."*

*Vogal Sr. João Barbosa:*

*"Em primeiro lugar, afinal, queria só chamar à atenção, que a Freguesia de Vera-Cruz está muito longe daquela que recebe mais dinheiro. É realmente notório que de todas as intervenções que aqui se fizeram, e de alguns pedidos, de algumas felicitações, de uma maneira geral. Sr. Presidente da Câmara, só respondeu ao Sr. Dr. Victor Mangerão. O Sr. Dr. Victor Mangerão é um bom parlamentar, nós temos conhecimento disso, ficamos satisfeitos com isso. Mas, eu já agora, gostava de chamar aqui à atenção quando o Sr. Presidente da Câmara diz assim: "façam-nos propostas, dêem-nos ideias"; eu vou só perguntar duas coisas. O Sr. Presidente da Câmara, já passou, ou mandou passar neste momento pela Rua Engº Von Haffe?. Outra situação do abandono das Freguesias, em que eu acho, que realmente, que há certas disparidades de tratamento, eu vou chamar à atenção disto. Passamos por algumas Freguesias do nosso Concelho, e eu como passo todos os dias, quase por elas todas, e chama-nos à atenção, o abandono constante que nós vimos, da quantidade, até contentores de pedras no chão que estão abandonadas; vimos noutras Freguesias, a pavimentarem-se passeios com pedras de chão, que ficam esses passeios, à frente de matagais. Já chamámos à atenção e pedimos à Câmara, até nas nossas reuniões de Presidente de Junta, que em pleno centro da cidade, em pleno movimento de milhares e milhares de pessoas, quer nos centros de feira, ou nos pavilhões de feira, em que, aqueles pavilhões já estão feitos à imensos anos, e os passeios continuam sem as pedras de chão, continuam lamacentos. Temos chamado à atenção, aqui, na Ponte Praça, em plena Ponte de Praça há um declive no passeio, em que ainda há coisa de vinte dias uma senhora idosa caiu e partiu a bacia, temos chamado à atenção constantemente dessa situação e, não vimos arranjar. Agora, eu é natural, por ser Presidente de Junta novo, ainda esteja numa certa ignorância, e já agora pedia ao Sr. Presidente da Câmara, se eu posso fazer como alguns fazem? é requisitar a pavimentação à Câmara, que depois a Câmara manda os materiais e eu depois apresento as contas. Como fazem alguns que eu sei que chegam a receber 40 ou 45 mil contos no ano. Eu quero saber se também posso fazer assim, ou se isso é legal? Isso não está no Orçamento, eu sei que há Juntas de Freguesia que recebem assim grandes valores, é por isso que eu vejo aqui grandes valores em transferência. Se o Sr. Presidente me disser assim: faça. ... eu também faço, posso não ser melhor que os outros, mas pelo menos vou tentar ser igual".*

Vogal Sr. Armando Vieira:

*"Eu julguei ter ouvido bem, mas gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me confirmasse, qual a verba que referiu como transferência de materiais para a Freguesia de Oliveirinha, porque, digo-lhe Sr. Presidente, se eu não me enganei, nem de longe nem de perto, eu devo dizer-lhe mais, é um sintoma grave da gestão Municipal e já aconteceu em outros anos. No último ano do anterior mandato o Sr. Coronel Martinho, a determinada altura puxa de uma listagem e apresenta-me transferências para Oliveirinha em materiais de 60 mil contos. Eu fiquei espantado, porque nem 10%, nem 5%, nem coisa que se pareça. Nessa altura foi isso que foi dito, e isto é um sintoma grave de que há distorção; é natural que os materiais estejam a seguir outros rumos e são debitados ali, e eu não admitirei isso Sr. Presidente. É falso e já agora gostaria que Vossa Excelência me dissesse, é falso, que a Freguesia de Oliveirinha tenha recebido em materiais, a verba que o Sr. citou, gostaria que confirmasse. Quanto aos jardins, Sr. Presidente, as Freguesias têm responsabilidades é verdade e assumimo-las. Eu recordo-me perfeitamente disso, e penso que nesse aspecto, a Freguesia de Oliveirinha tem dado bons exemplos; as pequenas áreas ajardinadas que tem, procura conservá-las, tem máquinas, tem pessoal. Mas há serviços de jardinagem que de vez em quando, pedimos a ajuda e o apoio dos funcionários dos jardins da Câmara, e digo, se a Câmara tem 27 jardineiros, será que um não pode ir dois dias por ano a cada uma das Freguesias? é contra esta discriminação, que eu luto. Citou aí que as obras são lançadas em Agosto. Sr. Presidente, todos nós sabemos isso, já cá andamos há muitos anos, isso é um defeito da maioria dos Executivos Municipais; porque é que as obras não-de ser lançadas em Agosto, quando em Agosto deveriam estar a ser acabadas de executar? Isso é um erro da gestão municipal, Sr. Presidente, como sabe.*

*A Sr.ª Dr.ª Maria da Luz, aproveitava, fico muito feliz por ter uma visão tão poética do mundo rural. Eu também tenho, sabe Dr. Maria da Luz, e eu às vezes questiono-me, quando vou para a Barra, se repararem, depois daquela ponte da Friopesca, está ali uma pequena quinta, em que o proprietário tem vacas, patos, tem ali tudo, e é uma coisa muito poética, muito agradável; eu não sabia quem era o dono, agora já sei, é a Dr. Maria da Luz. Mas devo dizer-lhe uma coisa, e cumprimento-a por isso, a Sr. Dr.ª Maria da Luz diz que a vida na cidade é artificial, Sr. Dr.ª olhe o que foi dizer, que eu saiba, artificial é a gestão do Município, é a única coisa que eu conheço como artificial em boa medida. Quanto á falta da solidariedade, recuso a atribuição da falta de solidariedade das Juntas de Freguesia, no que respeita à minha Freguesia para com o serviço de jardins. Há dias, e*




*permitam-me isto, só para fundamentar; pedi para me substituírem duas árvores, para podarem umas árvores numa escola, os jardineiros, depois de muita insistência, depois de quase zangas e discussões, e depois de ofícios e depois de pedidos de intervenção da Sr.<sup>a</sup> Vereadora, finalmente resolveu-se o problema. Fizeram tudo, menos aquilo que eu tinha pedido. Não sei!... e quanto a esta visão poética Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> eu queria perguntar-lhe, se no mundo rural visão poética é valetas sujas, é os esgotos a céu aberto, se isso também tem uma visão poética, são as ruas ás escuras e as ruas habitadas enlameadas, que infelizmente ainda temos bastantes. As pessoas se quiserem ter um par de sapatos limpos, como com certeza têm, têm que levar umas botas de cano alto se estiver a chover, para poderem calçar os sapatos, e apresentarem-se dignamente aqui, no meio da cidade. Infelizmente, esta também é a visão do mundo rural que eu tenho, e contra a qual lutarei sempre e ninguém me calará, quando nós tivermos um tratamento igualitário por comparação com as zonas urbanas, nestas necessidades básicas. Obviamente que todos nós compreendemos que a cidade tem que ter outro tratamento, mas nestas necessidades básicas; quando eu vejo que a cultura e o desporto tem ali uma verba monstruosa, e eu sei que estas necessidades básicas estão por cumprir em muitas das nossas Freguesias, e eu não posso calar isto, e isto lembra-me uma coisa que já tenho dito, Sr. Presidente, e Vossa Excelência sabe que tenho bastante consideração por si, enquanto pessoa. A gestão das prioridades desta Câmara, está em inquinado, e isso é que é lamentável para os trabalhos".*

Vogal Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares:

*"Querida apenas referir-me a dois assuntos que foram abordados pelo Sr. Presidente da Câmara, e de passagem também alguma referência à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Cultura.*

*Sr. Presidente da Câmara, pediu-nos para dar-mos sugestões e que estaria aberto a ouvi-las. Um dos objectivos que estão incluídos no Orçamento é a recuperação do edifício da Câmara; os Vereadores da oposição, por várias vezes têm defendido que não se recupere aquele edifício. Eu junto a minha voz, à voz dos Vereadores do PSD para não se gastar 70 mil contos no edifício da Câmara; há soluções para resolver o problema que existe na Câmara, que não é o de recuperar aquele edifício. Porque Vossa Excelência saberá melhor do que eu, que é preciso é mais espaço, ou seja, o problema é de ampliação do edifício e não só da recuperação. Devo dizer-lhe, que a oposição, se ganhar as próximas eleições, tem com certeza soluções, para não mexer naquele edifício e ampliar para o dobro, as áreas de utilização do edifício da Câmara. Falou noutra assunto que é o do "Portugal*



dos Pequeninos"; porque é que será sempre Aveiro a tratar das coisas dos pequeninos. Sr. Presidente aparece no Plano estratégico de Aveiro, que é o Plano das grandes opções a médio prazo, uma coisa que é muito semelhante ao Portugal dos pequeninos, nem sei se não foi extraído do Plano estratégico. Que Aveiro seja uma feira dos saldos da Europa, uma feira de saldos!... imagine, o que isto significa, de mentalidade reinante na cidade de Aveiro, ou somos a sede da "Europa dos pequeninos", ou somos uma feira de saldos para os europeus reformados ou a viver do subsídio de desemprego. Eu pessoalmente me revolto contra esta mentalidade que vigora, infelizmente, e é aceite, e os Aveirenses têm aceite esta mentalidade. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Cultura, que numa anterior intervenção escapou às minhas críticas em atenção à sua radiosa gravidez, em estado bastante grave, agora não está. Sr.<sup>a</sup> Vereadora o seu conceito de jardins, o seu conceito de intervenções urbanísticas das senhoras arquitectas paisagísticas, estão como tudo na Câmara, sujeitos à opinião política e à crítica política desta Assembleia. Com todo o respeito que as intervenções técnicas têm, mas a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, demonstrou já nestes três anos, que os seus conceitos de zonas verdes são rigorosamente iguais àqueles que vigoravam na época de D. Dinis. E que depois foram, pelos seus sucessores durante vinte anos seguidos da cidade; que são zonas verdes para se verem, não são zonas verdes para se estar. E o principal problema e o mais grave e muito antigo é o do parque D. Pedro; que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, nem ninguém nesta gestão teve coragem de intervir. O Parque D. Pedro é uma zona perdida para resolver, como todos sabem, e muito pouco utilizada para os visitantes. E a Sr.<sup>a</sup> Vereadora que teve um discurso impolgante quando iniciou a sua intervenção aqui na Assembleia, não teve coragem, que agora disse que tem, e reconheço que tem coragem; mas que não tocou no Parque D. Pedro V. Eram estas intervenções menos filosóficas, menos poéticas e bastante mais práticas, que nós esperaríamos de futuro da Sr.<sup>a</sup> Vereadora".

Vogal Victor Mangerão:

" Eu prescindo, de comentar a intervenção em nome da solidariedade que merecem os colegas da Assembleia, não vale a pena, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora andou ausente tanto tempo, que hoje realmente "to be or not to be", já não é questão com ela".


Vogal António Salavessa:

" Há várias questões, que penso que vamos ter oportunidade de tratar na discussão da especialidade, portanto eu ia só focar aquelas que não cabem nesses quadros. Uma e volto a ela, é a questão de Centro Hípico, o Centro Hípico foi decidido ontem na Câmara, pode ser um pré-projecto, pode

*ser aquilo que quiserem, mas foi uma deliberação da Câmara, em que se propõem dar passos, propõem-se inclusive ir a Paris com convite do Eng<sup>o</sup> Belmiro de Couto, não sei a cargo de quem, para ver o Hipódromo de Paris. Diz que é um processo que pode avançar depressa, que já há respostas positivas, que vai ter financiamento do INDESP, que é objecto de uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, etc...; Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi dito que é uma aspiração antiga dos Aveirenses, pode ser, mas essa aspiração antiga dos Aveirenses não tem qualquer expressão nos documentos Municipais. O relatório do PDM é omissivo em relação ao Centro Hípico, as acções previstas para a área do Desporto, não têm nada em relação ao Centro Hípico; o plano estratégico tem 99 acções previstas, nenhuma delas tem a ver com o Centro Hípico. O que eu coloco aqui é: até pode ser do interesse, podemos estar todos de acordo em querer o Centro Hípico, o problema é que não podem avançar para o Centro Hípico, sem isso constar do Plano de Actividades da Câmara, e foi isso que foi dito. Quanto à autorização das transferências para as Juntas de Freguesia, Sr. Presidente, nós não temos que decidir hoje, nós vamos ter até ao momento da votação para reflectir. Entretanto, digo, é uma absoluta ilegalidade a votação, por inclusão no Plano de Actividades das transferências para as Juntas de Freguesia, é uma absoluta ilegalidade. E eu digo-lhe só porquê: o Plano de Actividades é uma alínea própria do artigo das competências da Assembleia Municipal, o Plano de Actividades não pode ser alterado por esta Assembleia Municipal. A alínea que dá competência à Assembleia Municipal para delegar competências, pode ser objecto de alteração por esta Assembleia, pela própria natureza das votações, elas não podem ser misturadas. Reflectam o que quiserem até ao dia da votação, mas daqui não altero uma vírgula, não pode ser a mesma votação a autorizar as competências para as Assembleias de Freguesia ou para as Juntas de Freguesia".*

Vogal Sr. Jorge Nascimento:

*"Sr. Presidente, eu já estou habituado, nestes sucessivos anos, a que, quando se discute o Plano de Actividades do último ano do mandato eleitoral, que se venham aqui fazer declarações, que não se fez obra, de que o executivo da maioria CDS nada fez. O executivo, tem explicado, um ano houve até que explicou com um vídeo exemplar. E eu como tenho a noção, de que este mandato foi profícuo, eu requero ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia, que requisite, à Câmara Municipal, o rol de obras feitas pela Câmara em resposta; e também aquelas em que teve envolvimento directo ou indirecto, as obras realizadas no Concelho de Aveiro, durante este mandato*



*de quatro anos. Também é hábito que nos venham dizer, que nós enquanto no Executivo, não estamos virados para a Ria; dizem-nos isso sempre. Que nós fazemos jardins; dando erva a quem a queira. A resposta tem sido dada pelo eleitorado, que tem sufragado as nossas posições e nós queremos então que as oposições que estão tão viradas para a ria, continuem a afundar-se e que tomem a erva que queiram".*

*Vogal Sr<sup>a</sup>. Virgínia Veiga:*

*" Num minuto, que rouba o vosso sono, e pelo respeito que julgo merecer-lhes, eu não queria deixar de responder à Dr<sup>a</sup>. Maria da Luz. Eu, numa atitude que não me é habitual, mas secundando o meu colega de bancada, Raul Martins, traduziria a questão da relva, com um poema para ela, Vereadora da Cultura, de Jacques Prévert, e que é assim: " Mangez sur l'herbe, dépêchez-vous, un jour ou l'autre, l'herbe mangera sur vous".*

*Vogal Armando Vieira:*

*" Sr. Presidente, aqui o preciosismo, eu acho que o Sr. Dr. Jorge Nascimento permita-me, foi excessivo ao dizer para as pessoas tomarem a erva que queiram, se calhar as pessoas estavam distraídas, na minha aldeia, isto era considerado uma ofensa, eu não me considero ofendido porque não me ofende quem quer. E já agora Vossa Excelência não vai poder cumprir o requerimento que o Sr. Dr. Jorge Nascimento lhe apresentou; se bem reparou, não pode cumprir porque o Sr. Dr. Jorge Nascimento diz que requeria, que fosse apresentada uma listagem e ele disse rol, das obras feitas neste mandato de quatro anos, ainda só estão cumpridos três".*

*Presidente da Mesa da Assembleia:*

*" Eu vou dar seguimento, a esse pedido, tal qual ele foi feito. Depois o Sr. Presidente da Câmara, dará a resposta adequada".*

*Sr. Presidente da Câmara:*

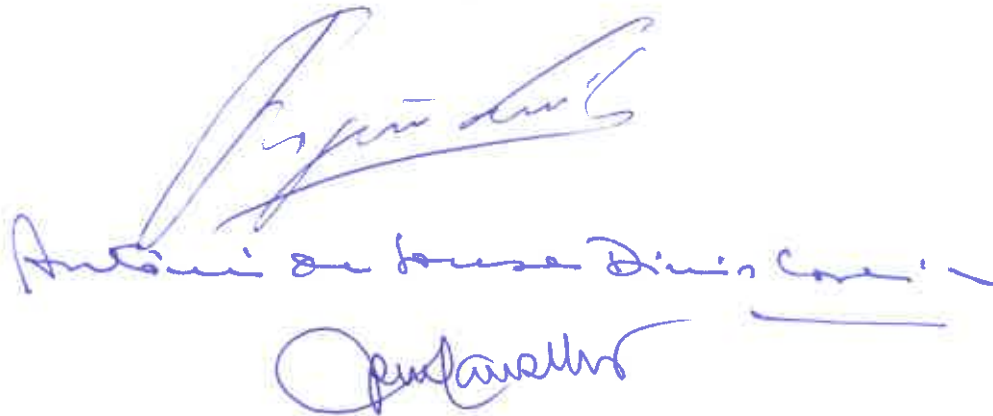
*" Eu queria dizer algo que foi agora referido na parte final. É que fiquei surpreendido por considerar-se um projecto do nível da Europa dos pequeninos, uma coisa pequenina. Fiquei surpreendido; há outras Câmara interessadas, há uma fundação a quem foi entregue, a nível europeu, o tratamento deste projecto, pode cair-nos nas mãos, fiquei surpreendido pela crítica tão negativa sobre esta matéria. Também, Sr. Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares a baixa de St<sup>o</sup> António permite que se esteja no jardim; o rossio permite que se esteja, que se permaneça nele. Os jardins de Santiago, não sei se tem um quilómetro de jardim, com muitos bancos, com muitas situações com que se pode estar e aceitar-se que se está num jardim, já não falo noutros. Mas julgo que nem tudo pode ser colocado pela maneira como fez. Quanto ao Teatro*

Aveirense eu digo já porquê a verba baixou. Não é porque o preço tenha baixado, é porque a negociação tem estado parada, mas no momento em que ela venha a ser feita, eu tenho de contar com a rubrica aberta no Plano, só por isso. Falou-se aqui de facturas, a Câmara tem a maior preocupação, desde há um ano até aqui, desde que eu estou a presidir à Câmara, em acabar com esse tipo de facturas. Por isso entrou nos contratos programa, por isso quer entrar na delegação de competências, exceptuando situações muito pontuais que possam surgir e que não estejam previstas, mas nada impede à Câmara transferir verbas para as Juntas de Freguesia".

Dado o adiantado da hora e não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 02.00 da manhã do dia 8.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no for omissa a melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

  
António de Sousa Dias  
Presidente

## MOÇÃO

"A Assembleia Municipal de Aveiro considerando o justificado e legítimo sentimento de indignação manifestado junto das bancadas dos diferentes Partidos representados nesta Assembleia por um vasto número de cidadãos Aveirenses afectados pela aplicação de taxas de utilização do Domínio Público Marítimo, elevadas, muitas delas, a quantitativos verdadeiramente surpreendentes, vem:

1º exprimir o seu protesto pela aplicação das referidas medidas, na diemnsão conhecida;

2º solicitar ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que:

a) Dê a conhecer o presente protesto às autoridades marítimas competentes e bem assim aos diferentes Partidos com assento na Assembleia da República;

b) Solicite à J.A.P.A. que forneça a esta Assembleia a fundamentação da decisão de alteração das taxas aplicadas, sugerindo que a sua aplicação possa ser suspensa até se encontrar melhor solução".

## MOÇÃO

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO AVEIRO CONSIDERANDO O JUSTIFICADO E LEGÍTIMO SENTIMENTO DE INDIGNAÇÃO MANIFESTADO JUNTO DAS BANCADAS DOS DIFERENTES PARTIDOS REPRESENTADOS NESTA ASSEMBLEIA POR UM VASTO NÚMERO DE CIDADÃOS AVEIRONSES AFECTADOS PELA APLICAÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO, ELEVADAS, MUITAS DELAS, A QUANTITATIVOS VERDADEIRAMENTE SURPREENDENTES, TEM:

- 1º EXPRIMIR O SEU PROTESTO PELO APLICAÇÃO DAS REFERIDAS MEDIDAS, NA DIMENSÃO CONHECIDA;
- 2º SOLICITAR AO Sr. Presidente DA MESA DA A. M. QUE:
  - a) DÊ A CONHECER O PRESENTE PROTESTO ÀS AUTORIDADES MARÍTIMAS COMPETENTES E BEM ASSIM AOS DIFERENTES PARTIDOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA;
  - b) SOLICITE À JAPA QUE FORNEÇA A ESTA ASSEMBLEIA A FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DE ALTERAÇÃO DAS TAXAS APLICADAS, SUGERINDO QUE A SUA APLICAÇÃO POSSA SER SUSPENSA ATÉ ~~SE~~ SE ENCONTRAR MELHOR SOLUÇÃO.

Francisco

At. M. K.  
PSD

13.  
M. P. R.

Th. J. L.